



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS III BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS
PROF.^a Dra. MAYKA DANIELLE BRITO AMARAL

SABRINA DE JESUS DA SILVA

**CORPO, SEXUALIDADE E AUTONOMIA DE MULHERES RURAIS NO POVOADO
SÃO JOÃO DO ARAPAPÁ, VITORINO FREIRE-MA.**

BACABAL - MA

2026

SABRINA DE JESUS DA SILVA

**CORPO, SEXUALIDADE E AUTONOMIA DE MULHERES RURAIS NO POVOADO
SÃO JOÃO DO ARAPAPÁ, VITORINO FREIRE-MA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Ciências Humanas com Habilitação Plena
em Sociologia da Universidade Federal do
Maranhão, Campus Bacabal, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em Ciências Humanas com
Habilitação Plena em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mayka Danielle
Brito Amaral

BACABAL - MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Sabrina de Jesus da.

Corpo, sexualidade e autonomia de mulheres rurais no povoado São João do Arapapá, Vitorino Freire-MA / Sabrina de Jesus da Silva. - 2026.

104 f.

Orientador(a): Mayka Danielle Brito Amaral.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2026.

1. Mulheres Rurais. 2. Corpo. 3. Sexualidade. 4. Autonomia Feminina. 5. Desigualdade de Gênero. I. Amaral, Mayka Danielle Brito. II. Título.

SABRINA DE JESUS DA SILVA

**CORPO, SEXUALIDADE E AUTONOMIA DE MULHERES RURAIS NO POVOADO
SÃO JOÃO DO ARAPAPÁ, VITORINO FREIRE–MA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Ciências Humanas com Habilitação Plena
em Sociologia, da Universidade Federal do
Maranhão, Campus Bacabal, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Ciências Humanas com
Habilitação Plena em Sociologia.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

(Prof.^a Dra. Mayka Danielle Brito Amaral, Universidade Federal do Maranhão).

(Prof.^a Dra. Poliana dos Santos, Universidade Federal do Maranhão).

(Prof.^a Dra. Vanda Maria Leite Pantoja, Universidade Federal do Maranhão).

Dedico este trabalho à minha família, por ser fonte de amor, incentivo e força em todos os momentos da minha vida.

Dedico, igualmente, a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada, oferecendo apoio, confiança e incentivo para que este sonho se tornasse realidade.

Com carinho e gratidão.

RESUMO

As desigualdades de gênero permanecem influenciando as condições de vida das mulheres, especialmente em contextos rurais marcados por vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais e educacionais. Nesse cenário, esta pesquisa teve como objetivo analisar o conhecimento sobre o corpo, a sexualidade e a autonomia de mulheres residentes no povoado São João do Arapapá, no município de Vitorino Freire (MA), buscando compreender como esses aspectos são vivenciados em um contexto atravessado por fatores sociais, culturais e históricos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa de campo realizada no referido povoado. A produção dos dados envolveu um período de observação do contexto investigado, entrevistas semiestruturadas com seis mulheres residentes na comunidade e o levantamento de informações para a caracterização do campo de pesquisa. A análise dos dados foi realizada em diálogo com o referencial teórico adotado, articulando as narrativas das participantes às discussões sobre desigualdade de gênero, corpo, sexualidade, autonomia feminina e relações sociais que influenciam as experiências das mulheres. Os resultados evidenciaram que o conhecimento sobre o corpo e a sexualidade é construído a partir das vivências familiares, comunitárias, religiosas e educacionais, sendo atravessado por silenciamentos, desigualdades de acesso à informação e aos serviços de saúde, além da divisão sexual do trabalho e da atribuição de papéis sociais às mulheres. Esses fatores influenciam a forma como as entrevistadas compreendem o próprio corpo, vivenciam sua sexualidade e constroem sua autonomia. Conclui-se que as condições sociais, culturais e estruturais presentes no contexto rural interferem nas trajetórias das mulheres e nas possibilidades de ampliação do conhecimento, da autonomia e do exercício de seus direitos.

Palavras-chave: mulheres rurais; corpo; sexualidade; autonomia feminina; desigualdade de gênero.

ABSTRACT

Gender inequalities continue to influence women's living conditions, especially in rural contexts marked by social, economic, cultural, and educational vulnerabilities. In this context, this study aimed to analyze the knowledge of the body, sexuality, and autonomy of women living in the community of São João do Arapapá, in the municipality of Vitorino Freire, Maranhão, Brazil, seeking to understand how these aspects are experienced within a context shaped by social, cultural, and historical factors. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study, developed through field research conducted in the aforementioned community. Data production involved a period of observation of the investigated context, semi-structured interviews with six women living in the community, and the collection of information to characterize the research setting. Data analysis was carried out in dialogue with the adopted theoretical framework, relating the participants' narratives to discussions on gender inequality, the body, sexuality, women's autonomy, and the social relations that influence women's experiences. The results showed that knowledge about the body and sexuality is constructed through family, community, religious, and educational experiences, and is shaped by silencing, unequal access to information and health services, the sexual division of labor, and the attribution of social roles to women. These factors influence how the participants understand their own bodies, experience their sexuality, and build their autonomy. It is concluded that the social, cultural, and structural conditions present in the rural context interfere with women's life trajectories and with the possibilities of expanding knowledge, autonomy, and the exercise of their rights.

Keywords: rural women; body; sexuality; female autonomy; gender inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Vista parcial do povoado, destacando as características do espaço rural e da paisagem.....	19
Imagem 2: Localização do povoado São João do Arapapá em relação ao município de Vitorino Freire (MA) e áreas adjacentes.....	20
Imagem 3: Mulher exercendo a atividade de quebra do coco babaçu.....	26
Imagem 4: Homens em atividade agrícola na lavoura.....	26
Imagem 5: Antiga escola da comunidade, atualmente desativada.....	28
Imagem 6: Estrada rural de acesso ao povoado São João do Arapapá.....	28
Imagem 7: Atendimento médico realizado durante visita periódica à comunidade rural.....	29
Imagem 8: Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, povoado São João do Arapapá.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da população por sexo	21
Gráfico 2: Distribuição da escolaridade por sexo.....	23
Gráfico 3: Distribuição das atividades econômicas da população economicamente ativa por sexo.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição da população por idade.....	22
Quadro 2: Caracterização das participantes da pesquisa.....	32

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

MA – Maranhão

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. Aproximação com o contexto e as vivências das mulheres rurais.....	18
2.1 Caracterização do campo de pesquisa.....	18
2.2 A mulher do campo: papéis sociais e o cotidiano.....	30
3. Vivências femininas: autoconhecimento e relação com o corpo, sexualidade e autonomia.....	39
3.1 Corpo e autoconhecimento feminino.....	39
3.2 Sexualidade feminina.....	44
3.3 Autonomia feminina.....	50
4. Fatores e impactos nas trajetórias das mulheres rurais.....	64
4.1 Elementos que contribuem para reprodução das desigualdades de gênero.....	64
4.1.1 Socialização feminina: família, comunidade e religião.....	66
4.1.2 Condições materiais, estruturais e acesso à informação.....	74
4.2 Trajetórias de vida das mulheres rurais: repercussões das relações de gênero.....	80
5. CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE.....	103

INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero configuram um fenômeno histórico e social que segue afetando as condições de vida das mulheres em diversos contextos. Embora tenham ocorrido avanços significativos nas últimas décadas quanto ao reconhecimento de direitos, persistem relações sociais que limitam o acesso das mulheres a oportunidades, recursos e ao pleno exercício da autonomia.

Essas desigualdades manifestam-se de formas distintas conforme as condições sociais, econômicas, culturais e territoriais em que as mulheres estão inseridas. Como afirma Saffioti (2004, p. 71), “a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais”.

No contexto rural, essas desigualdades assumem características específicas diante das limitações ao acesso à educação, aos serviços de saúde, à informação e a outros direitos sociais. Além dessas condições materiais e estruturais, as experiências das mulheres são atravessadas por relações sociais historicamente construídas que influenciam a organização da vida cotidiana, a divisão de papéis de gênero e as possibilidades de construção da autonomia.

Nesse sentido, as relações patriarcais constituem uma das dimensões que atravessam as experiências femininas e podem ser compreendidas como relações sociais historicamente construídas e reproduzidas por meio de práticas, valores e normas que influenciam a organização da vida cotidiana, a divisão de papéis de gênero e as possibilidades de construção da autonomia feminina. Conforme Paradis (2014), o patriarcado, associado ao sistema capitalista, contribui para a manutenção de estruturas de desigualdade e exploração do corpo e do trabalho das mulheres, influenciando diferentes aspectos da vida social.

Dessa forma, conhecer o próprio corpo, exercer a sexualidade e construir autonomia não constituem processos exclusivamente individuais, mas são experiências influenciadas pelas relações sociais, culturais e pelas condições de vida que permeiam a trajetória feminina.

Diante desse cenário, o presente estudo é orientado pela seguinte questão: Como mulheres rurais constroem conhecimentos e percepções sobre o próprio corpo,

a sexualidade e a autonomia a partir das experiências vivenciadas em seu contexto social?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os conhecimentos e as percepções das mulheres residentes no povoado São João do Arapapá, no município de Vitorino Freire (MA), acerca do próprio corpo, da sexualidade e da autonomia, considerando os fatores sociais, culturais, econômicos e estruturais que atravessam suas experiências. Para alcançar essa finalidade, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar os conhecimentos que as mulheres possuem acerca do próprio corpo e da sexualidade; investigar os fatores sociais, culturais, econômicos e estruturais que influenciam essas experiências; e compreender os impactos dessas relações na construção da autonomia feminina e nas condições de vida das entrevistadas.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por possibilitar a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos pelas mulheres rurais às suas vivências. Conforme Richardson (1999), a pesquisa qualitativa não busca produzir dados representativos ou estatisticamente mensuráveis, mas aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais a partir das experiências, valores, opiniões e interpretações dos sujeitos envolvidos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Segundo Guerra (2024), a pesquisa exploratória favorece uma aproximação mais aprofundada com o problema de pesquisa, enquanto a pesquisa descritiva dedica-se à caracterização dos fenômenos observados.

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo realizada no povoado São João do Arapapá, localizado no município de Vitorino Freire (MA). A escolha do campo de pesquisa fundamenta-se tanto na relevância social da temática quanto na aproximação prévia da pesquisadora com a comunidade, construída por meio de vínculos familiares e afetivos estabelecidos ao longo dos anos. Além dessa proximidade, o conhecimento prévio das trajetórias de vida de diversas mulheres no povoado despertou o interesse em compreender, de forma mais aprofundada, como as desigualdades de gênero atravessam suas experiências e influenciam o conhecimento sobre o corpo, a sexualidade e a autonomia, contribuindo também para dar visibilidade às histórias dessas mulheres no âmbito acadêmico.

Embora a aproximação com a comunidade seja anterior ao desenvolvimento da pesquisa, em razão dos vínculos já existentes entre a pesquisadora e o povoado, a observação sistemática iniciou-se em julho de 2025. Durante esse período, acompanhou-se o cotidiano da comunidade e diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres, ampliando a compreensão do contexto investigado e fornecendo subsídios para a condução da pesquisa.

A definição das participantes da pesquisa ocorreu de forma intencional. Inicialmente, foram selecionadas três mulheres cujas trajetórias de vida já eram conhecidas pela pesquisadora e apresentavam experiências relacionadas aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, após orientação da professora orientadora, foram incluídas mais três participantes, buscando contemplar diferentes faixas etárias e ampliar a diversidade das experiências analisadas. Ao final, participaram da pesquisa seis mulheres.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente com seis mulheres residentes na comunidade. Utilizou-se um roteiro previamente elaborado com perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Entretanto, durante as entrevistas, novas perguntas eram formuladas sempre que surgiam aspectos relevantes para aprofundar determinados temas. Da mesma forma, alguns questionamentos foram incorporados ao roteiro para serem utilizados nas entrevistas seguintes.

As entrevistas foram previamente agendadas conforme a disponibilidade das participantes e realizadas em suas residências, em ambientes reservados, garantindo a privacidade e favorecendo um diálogo espontâneo. As três primeiras entrevistas ocorreram entre agosto e setembro de 2025. Após recomendação da orientadora, foram realizadas mais três entrevistas entre janeiro e fevereiro de 2026, seguindo os mesmos procedimentos metodológicos. Todas tiveram uma duração média de vinte a vinte e cinco minutos.

Além disso, foram adotadas medidas para assegurar o anonimato das entrevistadas, preservando suas identidades e garantindo que pudessem relatar suas experiências com liberdade e segurança. Para garantir o anonimato das seis participantes da pesquisa, adotou-se a utilização do termo “Entrevistada”, seguido de uma numeração correspondente à ordem da realização das entrevistas.

Antes do início das entrevistas, as participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa, sobre o caráter voluntário de sua participação e sobre a garantia do anonimato, concordando espontaneamente em participar do estudo.

Com a autorização das participantes, todas as entrevistas foram gravadas em áudio, exclusivamente para facilitar a transcrição dos depoimentos. Foi esclarecido que os registros seriam utilizados apenas para fins acadêmicos, contribuindo para que as entrevistadas se sentissem mais confortáveis durante os relatos. Após a realização das entrevistas, todo o material foi transcrito integralmente para contribuir para a análise de dados.

Além das entrevistas, realizou-se o levantamento de dados da comunidade, contemplando informações sobre a população, escolaridade, atividades econômicas, infraestrutura e serviços disponíveis. Esses dados permitiram caracterizar o povoado e contextualizar as experiências das mulheres no espaço em que estão inseridas.

Quanto à análise dos dados, os depoimentos foram inicialmente organizados em categorias temáticas construídas a partir dos objetivos da pesquisa e das questões abordadas ao roteiro de entrevistas, considerando aspectos relacionados ao conhecimento sobre o corpo, à sexualidade, à autonomia, às relações familiares, à religião, às condições materiais de vida e ao acesso à informação. Em seguida, essas categorias foram interpretadas em diálogo com o referencial teórico adotado, articulando as narrativas das entrevistadas às discussões sobre desigualdade de gênero, patriarcado, corpo, sexualidade e autonomia feminina, diante das condições sociais, culturais, econômicas e estruturais que atravessam suas trajetórias.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o campo de pesquisa por meio da caracterização do povoado São João do Arapapá, considerando seus aspectos territoriais, sociais, econômicos e de infraestrutura. Em seguida, analisa as vivências das mulheres no contexto rural, discutindo como as condições de vida, a divisão sexual do trabalho e a organização do cotidiano contribuem para a produção e a reprodução das desigualdades de gênero.

O segundo capítulo explora as experiências das mulheres entrevistadas a partir de três dimensões centrais: o autoconhecimento e a relação com o próprio corpo, a sexualidade e a autonomia feminina. Com base nos relatos produzidos durante a pesquisa de campo, articulados ao referencial teórico, busca compreender como essas experiências são construídas no contexto rural, evidenciando os significados

atribuídos ao corpo, à sexualidade e às possibilidades de autonomia diante das condições sociais, culturais e estruturais que permeiam o cotidiano dessas mulheres.

Por fim, o terceiro capítulo examina as marcas do patriarcado nas trajetórias das mulheres rurais entrevistadas, buscando compreender como diferentes fatores sociais, culturais, econômicos e estruturais contribuem para a reprodução das desigualdades de gênero. Inicialmente, discute os elementos que favorecem a manutenção das relações patriarcais, com destaque para a influência da família, da comunidade, da religião, das condições materiais de vida e do acesso à informação. Em seguida, analisa as repercussões dessas relações nas vivências das mulheres, demonstrando seus impactos sobre a autonomia, a sexualidade, o conhecimento do próprio corpo, a escolarização, o casamento precoce, a maternidade, a violência e o acesso aos direitos.

2 APROXIMAÇÃO COM O CONTEXTO E AS VIVÊNCIAS DAS MULHERES RURAIS

Compreender a realidade da mulher no espaço rural demanda uma análise que incorpore os aspectos sociais, culturais e econômicos presentes na sua vida cotidiana. De acordo com Lorenzoni, Seibert e Collet (2020) a invisibilidade e o não reconhecimento das mulheres rurais, evidenciam circunstâncias marcadas não só pela desigualdade de gênero, mas também pela desigualdade estrutural que limita seu poder de decisão e afetam direta e indiretamente a construção de sua percepção sobre seu autoconhecimento e autonomia.

A compreensão da vida feminina, em especial da mulher do campo, exige considerar que sua vivência é socialmente construída. Segundo Beauvoir (1967), a condição feminina não se dá naturalmente, mas através do resultado de processos históricos, culturais e sociais que definem papéis, comportamentos e limites à autonomia das mulheres, que são naturalizados pela sociedade.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o campo de pesquisa, por meio da caracterização do povoado e da análise das condições sociais, econômicas e estruturais, bem como compreender a realidade na qual essas mulheres estão inseridas.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Neste estudo, compreende-se o espaço rural a partir da perspectiva de Medeiros (2011), segundo a qual esse conceito ultrapassa a ideia de um território destinado exclusivamente às atividades agropecuárias ou definido como o oposto do espaço urbano. Trata-se de um espaço marcado por especificidades territoriais, sociais, culturais e econômicas, no qual a ruralidade se expressa por modos de vida, formas de sociabilidade e relações construídas historicamente. Dessa forma, o espaço rural é entendido como um ambiente dinâmico, que vai além da sua dimensão produtiva, abrangendo distintas funções e experiências sociais.

Com base nessa compreensão, apresenta-se, a seguir, o campo de pesquisa onde o estudo foi desenvolvido. O campo de pesquisa denomina-se São João do Arapapá e está localizado no espaço rural do município de Vitorino Freire, no estado

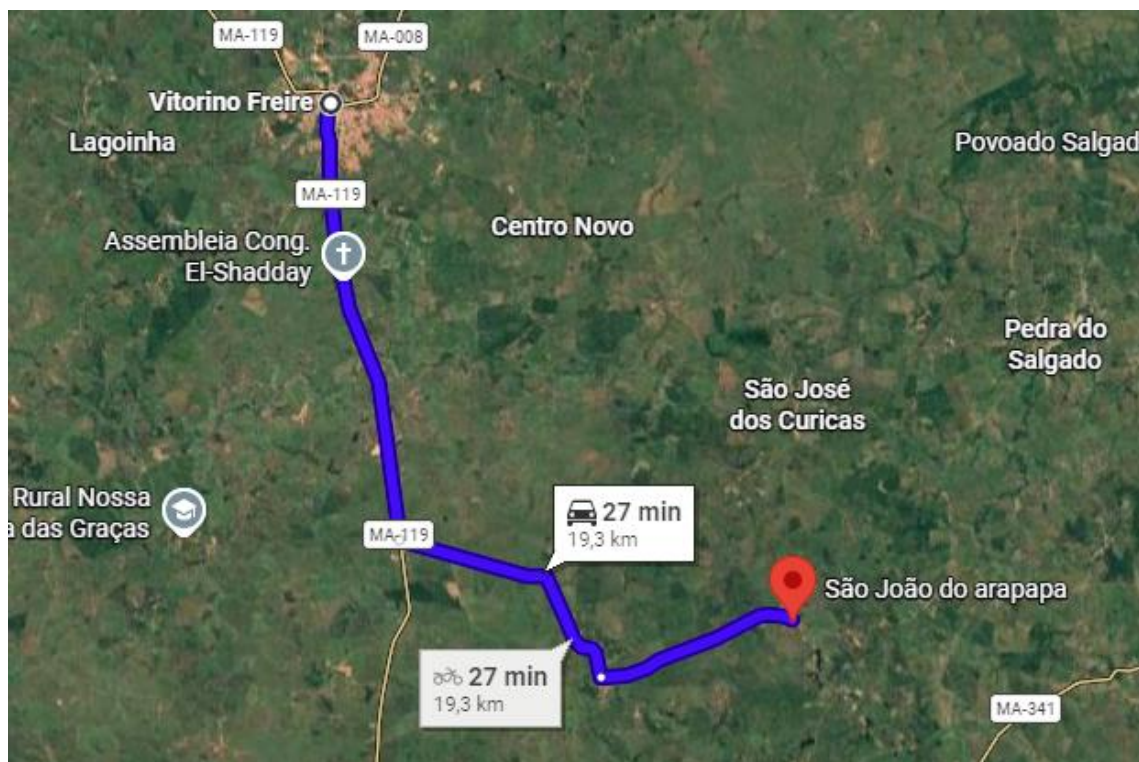
do Maranhão (Imagem 1). Situa-se a aproximadamente 19 km da sede municipal, com o tempo médio de deslocamento de cerca de 30 minutos, quando as condições da estrada são favoráveis (Imagem 2).

Imagem 1: Vista Parcial do Povoado, Destacando as Características do Espaço Rural e da Paisagem Local.



Fonte: Pesquisa de campo, 2026.

Imagem 2: Localização do Povoado São João do Arapapá em Relação ao Município de Vitorino Freire (MA) e Áreas Adjacentes.

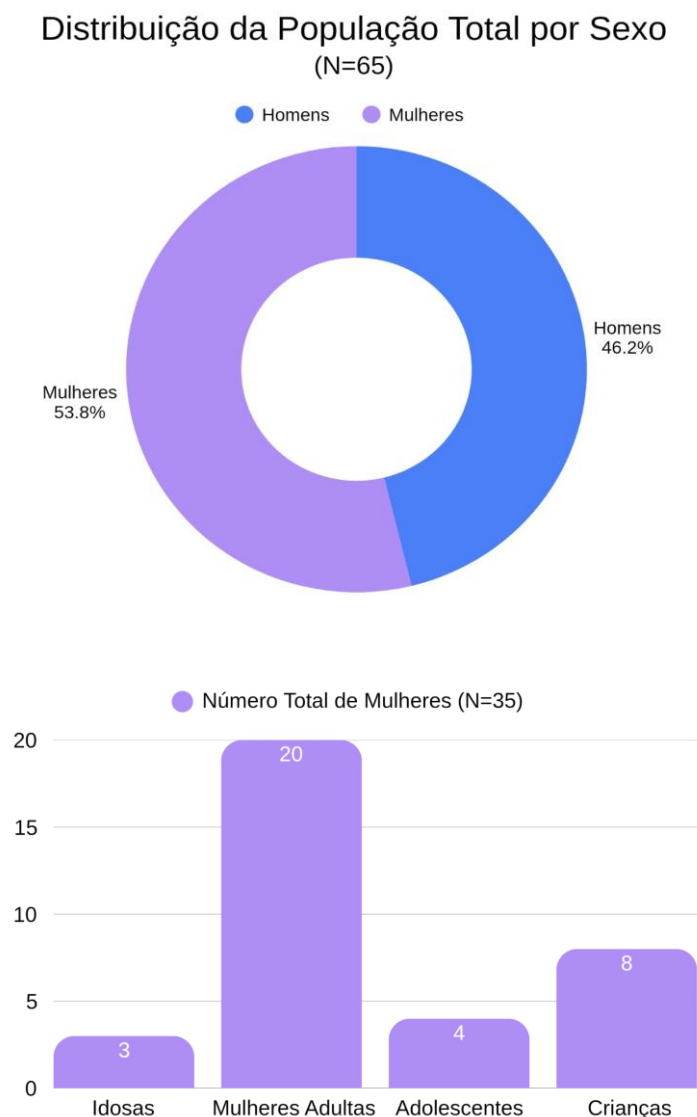


Fonte: Software Google Maps, 2026.

O acesso do povoado ocorre em aproximadamente 90% do percurso, por estrada de terra, o que influencia diretamente a mobilidade dos moradores. Durante o período chuvoso (inverno), essas vias tornam-se lamacentas, dificultando o acesso à cidade e aumentando os riscos de incidentes durante o deslocamento.

No período de estiagem (verão), por outro lado, a elevada quantidade de poeira favorece o surgimento de problemas respiratórios. Assim, as condições das vias de acesso representam, independente da estação do ano, um fator importante de vulnerabilidade para a população local, pois comprometem a mobilidade da população e dificultam o acesso aos serviços essenciais.

Gráfico 1: Distribuição da População por Sexo e Número Total de Mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

O povoado é composto por 65 moradores, distribuídos por 18 famílias, evidenciando uma comunidade de pequeno porte, marcada por relações de bastante proximidade entre os indivíduos. Em relação à distribuição da população por sexo, há predominância feminina, sendo 35 mulheres (53,8%) e 30 homens (46,2%) conforme apresentado no Gráfico 1.

No grupo feminino, identificam-se 3 idosas (4,6%), 20 mulheres adultas (30,8%), 4 adolescentes (6,2%) e 8 crianças (12,3%). Enquanto no grupo masculino,

contabilizam 4 idosos (6,2%), 18 homens adultos (27,7%) e 8 crianças (12,3%), não havendo registro de adolescentes.

Quadro 1: Distribuição da População por Idade

Estágio da vida	Feminino	Masculino
Idoso (a)	68 a 86 anos	60 a 84 anos
Adultos (as)	22 a 56 anos	18 a 54 anos
Adolescentes	14 a 16 anos	-----
Crianças	0 a 12 anos	0 a 12 anos

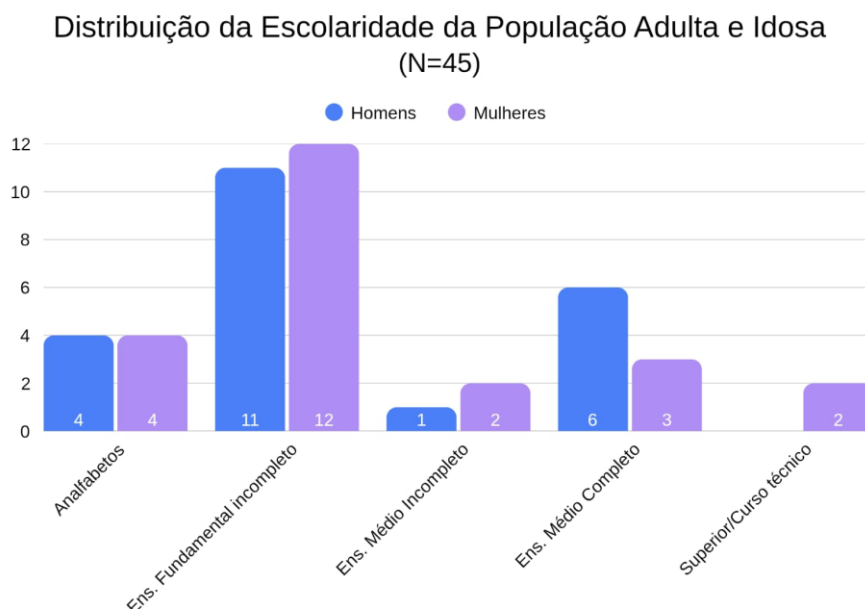
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Quanto à faixa etária da população, nota-se uma presença de diferentes gerações, conforme apresentado no quadro acima. Entre as mulheres, as idosas possuem idades entre 68 a 86 anos, as mulheres adultas entre 22 e 56 anos, as adolescentes estão na faixa entre 14 e 16 anos e as crianças variam de recém-nascidas até 12 anos. Já entre os homens, os idosos apresentam idades entre 60 e 84 anos, os homens adultos entre 18 e 54 anos, enquanto as crianças também se encontram na faixa de recém-nascidos até 12 anos.

No povoado, nota-se que a maior parte da população é composta por adultos e idosos, os quais representam, conjuntamente, 69,2% dos moradores. Os dados também revelam uma diversidade de faixa etária entre diferentes gerações e culturas no mesmo espaço, o que contribui para a transmissão de valores, normas e práticas sociais ao longo do tempo, influenciando a construção das experiências individuais. Conforme Pinto (2015), a cultura é construída pelos próprios sujeitos e, simultaneamente, atua nas suas identidades. Assim, o papel da mulher é compreendido como resultado dos processos sócio-históricos, sendo constantemente

moldado e transformado conforme o contexto, de modo que sua identidade e atuação são marcados pela ideologia e pela cultura.

Gráfico 2: Distribuição da Escolaridade por Sexo



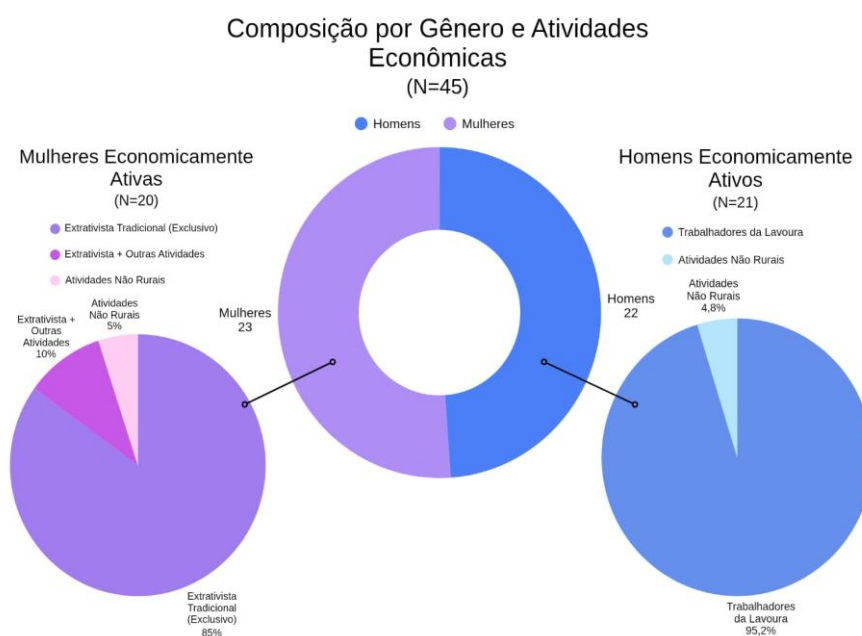
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

No que se refere à escolaridade da população adulta e idosa (45 pessoas), os dados apresentados no Gráfico 2 apontam diferentes níveis de instrução. Os dados mostram que 8 indivíduos são analfabetos, sendo 4 mulheres e 4 homens. Vinte e três pessoas possuem ensino fundamental incompleto, das quais 12 são mulheres e 11 são homens, configurando-se como o grupo mais expressivo.

No ensino médio, 3 indivíduos não o concluíram, sendo 2 mulheres e 1 homem. Em contrapartida, 11 pessoas conseguiram concluir essa etapa da educação, entre elas estão 5 mulheres e 6 homens. E por fim, destaca-se que apenas 2 mulheres se encontram inseridas no ensino superior ou curso técnico. A partir das informações, o cenário é marcado por baixos níveis de escolaridade, o que pode acarretar impactos no acesso ao conhecimento formal da população. Na perspectiva de Pereira e Castro (2021), esse problema decorre do acesso desigual às instituições de ensino e da qualidade dos serviços educacionais, que não se apresentam de forma homogênea entre o território brasileiro, principalmente entre os espaços rurais e urbanos.

Mas vale lembrar que o nível do ensino médio concluído se concentra majoritariamente entre os mais novos, indicando que há uma ampliação do acesso à educação ao longo do tempo, mesmo ainda de forma desigual. De acordo com Mendes et al. (2023) esse fato está relacionado ao processo denominado nucleação escolar, na qual alguns estados por meio de leis estaduais ou municipais promovem fechamentos de escolas e a abertura ou consolidação de unidades em áreas centrais, bairros e outros espaços para atender alunos da zona rural.

Gráfico 3: Distribuição das Atividades Econômicas da População Economicamente Ativa por Sexo



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Considerando o total da população adulta e idosa residente no povoado (45 pessoas), observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre os gêneros, sendo 51,1% mulheres (23 pessoas) e 48,9% homens (22 pessoas).

Entre as mulheres, verifica-se a predominância da atuação no extrativismo rural, especialmente na quebra do coco babaçu (Imagem 3). Do total de 20 mulheres economicamente ativas, 85% (17 mulheres) dedicam-se exclusivamente a essa atividade, enquanto 10% (2 mulheres) conciliam o extrativismo com outras ocupações, como trabalho doméstico remunerado em meio período e serviços de manicure, caracterizando situações de pluriatividade. Além disso, 5% (1 mulher) exerce atividade

fora do contexto rural. Em relação ao sexo masculino, dos 21 economicamente ativos, 95,2% (20 homens) atuam na roça, exercendo atividades como lavradores (Imagem 4), enquanto apenas 4,8% (1 homem) está inserido em ocupação não rural.

Além disso, observa-se a baixa inserção em ocupações não rurais, identificada apenas por dois casos: um homem e uma mulher, que trabalham como decorador de festa e atendente/operador de caixa, respectivamente. Tais situações ocorrem mediante deslocamento, para além do povoado.

Os dados apresentados no Gráfico 3 evidenciam predominantemente atividades vinculadas ao rural entre os adultos no povoado. Segundo Redin (2013) o trabalho constitui um elemento fundamental da sociedade camponesa, assumindo um valor simbólico de grande relevância social, pois está diretamente associado à identidade, à inserção comunitária, à honra e à plenitude do indivíduo.

No contexto da roça, o trabalho é compreendido como uma atividade que exige esforço físico e organização coletiva, sendo uma das principais estratégias de reprodução social das famílias. Wanderley (2014) afirma que o campesinato constitui uma forma social de produção baseada no trabalho familiar, em que as atividades produtivas são organizadas para atender às necessidades da própria família. Mais do que um sistema de produção, representa um modo de vida marcado pela cooperação entre seus membros, pelas relações de parentesco e por uma cultura construída a partir da convivência e do trabalho no campo.

Imagem 3: Mulher Exercendo a Atividade de Quebra do Coco Babaçu.



Fonte: Pesquisa de campo, 2026.

Imagem 4: Homens em Atividade Agrícola na Lavoura



Fonte: Pesquisa de campo, 2026.

No âmbito da infraestrutura básica, o povoado apresenta limitações significativas. O acesso à internet ocorre exclusivamente por meio de conexão Wi-fi, não havendo cobertura de sinal móvel na região. Quanto à locomoção, os moradores

utilizam, majoritariamente, veículos próprios (motocicletas) para se locomoverem até a cidade ou povoados mais próximos. Há a disponibilidade de apenas um ônibus escolar, destinado aos estudantes que frequentam uma escola localizada no Povoado Mururu, o que demonstra a ausência de instituição educacional na própria comunidade (Imagem 5).

As condições do acesso viário também representam um desafio, uma vez que as estradas são de terra (Imagem 6), dificultando a circulação, sobretudo em períodos chuvosos. No que se refere aos serviços de saúde, o povoado não dispõe de atendimento fixo, uma vez que o atendimento ocorre por visitas mensais de um profissional da área, responsável por atender moradores locais e da comunidade vizinha (Imagem 7). Essa situação pode impactar tanto o acesso aos serviços essenciais, quanto na qualidade do atendimento, em função da alta demanda concentrada em um único dia. Na visão de Andrade e Rodrigues (2020) a população em contextos rurais enfrenta cotidianamente a ausência e negligência do Estado, visto que tem seus direitos fundamentais violados. Tal violação se expressa na precariedade das condições básicas de existência, especialmente, pela carência de acesso à educação, à saúde, à iluminação pública e pelas estradas em situações inadequadas. Após anos, o meio rural ainda segue sendo alvo de reprodução de desigualdades socioeconômicas.

Imagem 5: Antiga Escola da Comunidade, Atualmente Desativada



Fonte: Pesquisa de campo, 2026.

Imagem 6: Estrada Rural que dá Acesso ao Povoado São João do Arapapá



Fonte: Pesquisa de campo, 2026.

Imagem 7: Atendimento Médico Realizado Durante Visita Periódica à Comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2026.

Para além das atividades trabalhistas que fazem parte do cotidiano, as práticas religiosas se apresentam como um dos principais espaços de encontros entre os moradores. O povoado tem como base o catolicismo, tendo como padroeira Nossa Senhora de Perpétuo Socorro. Ao longo do ano, realizam-se encontros semanais, especialmente aos domingos, com a participação da comunidade na igreja (Imagem 8). Destaca-se também a celebração em homenagem à santa padroeira, realizada no mês de julho, ocasião em que os moradores promovem festividades que se estendem por três ou quatro dias.

Imagem 8: Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - Povoado São João do Arapapá



Fonte: Pesquisa de campo, 2026.

Diante do exposto, o Povoado São João do Arapapá, inserido no espaço rural do município de Vitorino Freire-MA, apresenta limitações relacionadas aos serviços públicos, à infraestrutura básica e às oportunidades educacionais. Essas condições influenciam a forma de viver, de trabalhar, de acessar direitos e informações, compondo um contexto social em que as mulheres da comunidade constroem suas experiências. De acordo com Brasil (2015) o termo “relações de gênero” designa a forma como se estruturam, socialmente, as interações de homens e mulheres, nas quais as distinções construídas socialmente podem se converter em desigualdades e relações de poder. Assim, compreender as características do campo de pesquisa torna-se fundamental para analisar as experiências das mulheres em relação ao corpo, à sexualidade e à autonomia, considerando as relações de gênero existentes no contexto investigado.

2.2 A MULHER DO CAMPO: PAPÉIS SOCIAIS E O COTIDIANO

Ao descrever o campo de pesquisa é possível compreender que as condições sociais, econômicas e de infraestrutura do povoado afetam diretamente a vida de todos os moradores do espaço rural. Como destaca Wanderley (2004), a vida dessas

peessoas tem sido o foco de muitos e significativos processos sociais, que não apenas determinam o futuro das trajetórias individuais e familiares, mas também influenciam as interações sociais e a forma como se organizam no ambiente onde habitam. No entanto, esses elementos repercutem de maneira mais expressiva sobre a vivência das mulheres nesse contexto, constituindo o cenário social no qual se constroem suas experiências em relação ao corpo, à sexualidade e à autonomia, aspectos que serão discutidos nos capítulos seguintes.

“É importante ressaltar que a mulher rural é aquela que habita, produz, trabalha e desempenha sua vida fora dos centros urbanos” (Pithan, 2021). Ou seja, essa definição refere-se às mulheres que residem e atuam nos espaços rurais. Assim, as suas vivências envolvem não só as atividades econômicas, mas igualmente a organização da vida familiar e a participação nas relações sociais do dia a dia rural.

As características anteriormente apresentadas, como a organização do trabalho, o acesso à educação, as formas de convivência e as limitações de infraestrutura, não apenas caracterizam o espaço rural, mas também permitem compreender os elementos que influenciam as experiências das mulheres no meio rural brasileiro.

Dados de 2019 do Governo Federal mostram que mulheres que residem em espaços urbanos representam 43,6% da população brasileira, enquanto as mulheres rurais são equivalentes a 7,4% da população, de modo que essa “pequena” porcentagem ainda corresponde a 14 milhões de mulheres que enfrentam diariamente dificuldades relacionadas ao acesso a serviços básicos no Brasil.

Entre os serviços básicos presentes no espaço rural, um dos que mais afeta desproporcionalmente as mulheres é a educação. O levantamento de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2013, indica que a média de anos de estudo da população brasileira é de 8 anos, sendo 7,8 entre os homens e 8,2 entre as mulheres. No entanto, ao considerar os espaços rurais, observa-se uma redução significativa nesses índices, com média de 4,8 anos de estudo entre os homens e 5,6 anos para mulheres. Além disso, as mulheres rurais apresentam níveis extremamente baixos de escolaridade em relação às mulheres do espaço urbano, sendo que 19% possuem apenas 1 ano de estudo e 17%, que se

refere a 2 milhões dessas mulheres, têm menos de 1 ano de escola ou nunca tiveram acesso à educação formal.

Esse cenário dialoga com a realidade observada no campo de pesquisa, em que os dados apresentados no povoado revelam que a maior parte dos moradores apresenta níveis limitados de escolaridade, que muitas vezes estão relacionados à falta de infraestrutura, como ausência de escolas no local, distância das instituições de ensino, precariedade das estradas e falta de acesso a transporte.

Diante desse contexto, o Quadro 2 apresenta a caracterização das participantes da pesquisa, permitindo ao leitor conhecer o perfil das mulheres cujas narrativas serão discutidas neste trabalho.

Quadro 2: Caracterização das Participantes da Pesquisa.

ENTREVISTADA	IDADE	ESTADO CIVIL	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	FILHOS
Nº1	16 anos	Solteira	Bissexual	1º ano do Ensino Médio	Estudante	1 filho
Nº2	24 anos	União Estável	Hétero	Ensino Médio Incompleto (2º ano)	Dona de casa	2 filhos
Nº3	40 anos	Solteira	Hétero	Ensino Fundamental Incompleto (4ª série)	Quebradeira de coco e Empregada doméstica	1 filho
Nº4	38 anos	Casada	Hétero	Ensino Fundamental Incompleto (4ª série)	Dona de casa e quebradeira de coco	2 filhos
Nº5	68 anos	Viúva	Hétero	Analfabeta	Dona de casa e Aposentada	6 filhos
Nº6	56 anos	Casada	Hétero	Analfabeta	Dona de casa e Quebradeira de coco	2 filhos

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A trajetória escolar das entrevistadas mostra que as dificuldades de acesso à educação no espaço rural também envolvem fatores relacionados a condições econômicas, familiares e a infraestrutura disponível na comunidade. A Entrevistada 3 revela que, durante a sua infância, não havia escola no povoado e as aulas eram realizadas em uma casa abandonada, na qual estudantes de diferentes séries, da 1ª

à 4ª, compartilhavam a mesma turma. Além disso, destaca que após a conclusão da 4ª série, apenas as famílias que dispunham de melhores condições conseguiam manter os filhos na escola, já que “*quem tinha condição de continuar estudando ia pra outro lugar, ia de bicicleta*” (Entrevistada 3). Em razão das limitações socioeconômicas de sua família, a entrevistada interrompeu sua trajetória escolar.

Da mesma forma, a Entrevistada 4 afirma que, após concluir a 4ª série era necessário caminhar diariamente até um povoado vizinho para prosseguir os estudos, motivo pelo qual grande parte dos estudantes interrompia os estudos durante este período.

As condições enfrentadas pelas entrevistadas mais velhas eram ainda mais restritivas. As Entrevistadas 5 e 6 pertencem ao grupo de moradores não alfabetizados da comunidade, evidenciando que, em suas infâncias, as oportunidades de acesso à educação eram ainda mais limitadas.

De acordo com Silva e Santos (2023), alguns dos pontos responsáveis por esses dados são as desigualdades sociais, que recaem de forma desproporcional sobre os grupos mais vulneráveis, como famílias em condições de pobreza, moradores da zona rural e comunidades marginalizadas, ocasionando a evasão escolar dessas pessoas.

Para Silva e Santos (2023) a evasão escolar é influenciada por diversos motivos, entre eles, fatores culturais, sociais e econômicos, que variam conforme a região geográfica, os contextos culturais, a classe social e outras especificidades de onde o indivíduo habita. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024) sobre as condições de vida da população brasileira, os jovens de 15 a 17 anos, cerca de 53,6% abandonaram a escola antes de concluir a educação básica (ensino fundamental) e os jovens de 18 a 24 anos interromperam os estudos antes de concluir o ensino médio, resultando em 59,6% dos casos.

A pesquisa também mostra as diferenças de gênero nos motivos do abandono escolar. Entre os homens, a principal razão apontada nesse levantamento foi a necessidade de trabalhar, cerca de 53,5% dos casos, enquanto as tarefas domésticas representam o menor percentual (0,8%). Já entre as mulheres, destacam-se fatores relacionados a gravidez, responsabilidades domésticas e cuidados de terceiros, como crianças, idosos e pessoas com deficiência, somando 32,6% dos casos, superando

motivos como a necessidade de trabalhar (25,5%) e a falta de interesse pelos estudos (20,9%).

Essas informações tornam-se ainda mais expressivas quando são analisadas pela realidade das mulheres do espaço rural, pois além da escassez de recursos educacionais e dificuldade de acesso às instituições, somam-se desigualdades de gênero que se manifestam de forma mais intensa nesse espaço. Desse modo, “as desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem num conjunto de outras desigualdades sociais, que se expressam historicamente quando se compara a população rural e a população urbana”. (Heredia, 2006, p.2). Muitas mulheres são inseridas precocemente nas atividades domésticas e de cuidado, além de contribuírem com o trabalho familiar, o que limita sua permanência na escola. Como afirmam Campelo et al (2024, p. 13), “essa carência educacional impede que muitas mulheres conheçam seus direitos e lutem por eles”.

Outro fato importante para se compreender na vida dessas mulheres é a invisibilidade do seu trabalho e a dupla jornada enfrentada por elas. Observando o cotidiano do povoado, é possível perceber que a principal atividade econômica desempenhada pelas mulheres é o extrativismo, com destaque para a quebra do coco babaçu. “O extrativismo do babaçu é uma atividade praticada pelas famílias camponesas por várias décadas, e passada de geração a geração” (Amaral, 2017, p.65), ou seja, essa prática se configura como uma das principais fontes de subsistência e geração de renda na comunidade.

De acordo com os dados do Governo do Maranhão, calcula-se que existam cerca de 300 mil quebradeiras de coco babaçu no estado, que se destaca como o maior produtor no país, com uma produção de 21.546 toneladas em 2024, conforme os dados do IBGE. Nesse sentido, Amaral (2017) destaca que, nas comunidades rurais, a extração do babaçu configura-se como uma das principais atividades econômicas, sendo fonte de vida, alimento e matéria-prima utilizada, por exemplo, na construção de moradias. Trata-se de uma atividade predominantemente desempenhada por mulheres, cujos produtos contribuem tanto para o consumo pessoal quanto para a comercialização.

Essas informações não apenas demonstram a força da mulher do campo, como também evidenciam o papel central na manutenção das atividades produtivas e na reprodução social das famílias. Essa articulação entre diferentes funções contribui para que grande parte do trabalho feminino não seja reconhecida como tal, especialmente quando vinculado ao espaço doméstico, que configura a dupla jornada de trabalho. Como destaca Conte et al. (2020) embora essas atividades sejam essenciais para a manutenção da vida, elas são socialmente desvalorizadas e frequentemente invisibilizadas, por serem atribuídas às mulheres de forma prioritária na divisão sexual do trabalho.

Essa realidade também se manifesta nas vivências das mulheres entrevistadas. Ao relatarem suas rotinas, observa-se que as mulheres conciliam diariamente as atividades produtivas com os afazeres domésticos e os cuidados com a família. A Entrevistada 3, por exemplo, é mãe solo e reside com a mãe, que é idosa. Seu dia inicia-se preparando o filho para a escola. Em seguida, realiza parte das tarefas domésticas, assumindo principalmente aquelas que exigem maior esforço físico, a fim de evitar a sobrecarga da mãe. Posteriormente, desempenha uma atividade remunerada pela manhã, em outra residência. Ao retornar para a casa, presta assistência ao filho, prepara o almoço e retorna aos afazeres domésticos que ainda restaram. Quando há disponibilidade de coco babaçu, dedica-se à quebra durante toda a tarde e, no final do dia, prepara o jantar para a família.

Situação semelhante é vivenciada pela Entrevistada 4, que realiza as tarefas domésticas pela manhã, organiza a rotina do filho para a escola no turno da tarde e, após sua saída, dedica-se à quebra do coco babaçu, atividade que desempenha até o fim da tarde. Ao retornar para casa, ainda prepara o jantar. Em alguns momentos durante a semana, assume a responsabilidade de deslocar-se para a cidade para resolver demandas da família. Ao descrever a participação do marido nas atividades cotidianas, afirma que "durante esse tempo todo, meu marido não faz nada, ele fica só em casa, assistindo televisão. Quando tem que ir na cidade resolver as coisas, sou eu que vou" (Entrevistada 4).

Esses depoimentos indicam que a atuação desempenhada pelas mulheres do povoado vai além das tarefas produtivas, mas também abrange as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos e a gestão da vida familiar. Além disso, mostram que tais

responsabilidades continuam concentradas, predominantemente, sobre as mulheres, reforçando a divisão sexual do trabalho e contribuindo para a invisibilidade dessas atividades.

Analisando o estudo do IBGE em 2019, das estatísticas de gênero, nota-se que as mulheres no Brasil dedicam significativamente mais tempo às atividades de cuidado de pessoas e aos afazeres domésticos quando comparadas aos homens. Em média, elas destinam 21,4 horas semanais, enquanto os homens dedicam 11 horas, evidenciando uma desigualdade expressiva na distribuição do trabalho não remunerado. Além disso, aproximadamente um terço das mulheres ocupadas no país, está inserida em duplas jornadas de trabalho, com até 30 horas semanais, o que corresponde ao dobro do percentual observado entre os homens (15,6%).

Segundo Silva et al. (2022) essa desigualdade se constrói a partir da polarização dos gêneros, que estabelecem papéis pré-definidos e são reproduzidos socialmente. Transmitindo, de forma cultural, a ideia de uma suposta incapacidade feminina em ocupar trabalhos formais, restringindo apenas o seu valor ao papel de mãe e esposa e, conseqüentemente, desvalorizando sua mão de obra, oferecendo poucos benefícios e salários mais baixos.

Os relatos das demais entrevistadas também demonstram essa realidade. A Entrevistada 2 descreve que sua rotina é inteiramente dedicada aos cuidados com a casa e com os filhos, afirma que, embora o marido eventualmente a auxilie em algumas tarefas, “eu mesmo que faço tudo” (Entrevistada 2).

Já a Entrevistada 1, de 16 anos, relata que concilia os estudos com os afazeres domésticos, auxiliando a mãe nas tarefas de casa, nos cuidados com a irmã mais nova e também nas atividades desenvolvidas na roça. Após o nascimento do filho, durante o período que residiu com a ex-sogra, passou a dividir sua rotina entre os cuidados com a casa, a maternidade e a escola. Atualmente, após retornar a casa dos pais, continua contando com o apoio da mãe e da ex-sogra para conseguir dar continuidade aos estudos.

Mesmo entre as entrevistadas mais velhas, a sobrecarga diária de trabalho continua a se manifestar de forma clara. A Entrevistada 5, apesar das restrições físicas próprias da idade, segue responsável por várias tarefas domésticas, incluindo o

preparo das refeições, o cuidado com os animais, a manutenção do quintal e os demais serviços de casa. Ressalta que *“quando ver já tô fazendo tudo porque a gente não para, tem muito serviço”* (Entrevistada 5).

Por sua vez, a Entrevistada 6, de 56 anos, relata uma jornada que começa com a preparação da primeira refeição, em seguida, participa da colheita de feijão junto com o seu marido. Ao voltar para o domicílio, assume sozinha os trabalhos domésticos e os cuidados com os animais, pois *“meu marido não faz mais nada depois que chega”* (Entrevistada 6). Quando possível, também realiza a quebra do coco babaçu, concluindo o dia com o preparo do jantar para o casal.

As rotinas descritas pelas entrevistadas revelam que a sobreposição de responsabilidades constitui uma característica marcante do cotidiano dessas mulheres. Mesmo quando exercem atividades remuneradas ou vinculadas ao extrativismo e à agricultura, elas permanecem como principais responsáveis pela manutenção do lar e dos filhos.

Estamos falando, portanto, de divisão sexual do trabalho, que o separa a partir do sexo de quem o realiza, cuja principal característica é destinar de forma prioritária os homens para trabalhos que acontecem na esfera considerada como produtiva e, às mulheres, a esfera considerada reprodutiva, como se ambas fossem separadas e opostas, e, não completamente dependentes uma da outra (Conte, Calaça, Taborda, 2020, p. 124).

No contexto rural, essa dinâmica não resulta apenas na sobrecarga cotidiana, mas também impacta diretamente as condições de vida e bem-estar dessas mulheres. Segundo Redin (2013) a mulher enfrenta a dupla jornada, ao conciliar as atividades domésticas com o trabalho no campo, desempenhando um papel essencial para a manutenção da família, mas submetendo-se a um esforço ainda mais desgastante, especialmente ao lidar com múltiplas tarefas sob condições climáticas adversas, como a exposição prolongada ao sol.

Além do desgaste físico constante, da sobrecarga de responsabilidades e da invisibilidade do trabalho feminino, também há ausência de tempo e de acesso ao autocuidado, o que favorece o adoecimento mental e a exaustão emocional. Essa realidade repercute diretamente na saúde e na qualidade de vida dessas mulheres, restringindo, muitas vezes, o acesso a informações relacionadas ao corpo, à

sexualidade e aos próprios direitos, elementos fundamentais para o fortalecimento de sua autonomia.

Para Leal e Lopes (2025) a interseccionalidade apresenta-se como uma abordagem fundamental para explicar a condição das mulheres rurais, ao considerar a sobreposição de fatores sociais, econômicos e de gênero que intensificam as desigualdades e moldam sua experiência de vida, principalmente, essas mulheres que vivenciam múltiplas formas de desvantagem como escolaridade, saneamento básico, acesso à saúde etc.

A partir dessas reflexões, as vivências das mulheres no espaço rural não podem ser compreendidas de forma isolada, mas como resultado das relações de gênero presentes numa sociedade capitalista e patriarcal, que repercutem nas experiências relacionadas ao corpo, à sexualidade e às possibilidades de autonomia.

3 VIVÊNCIAS FEMININAS: AUTOCONHECIMENTO E RELAÇÃO COM O CORPO, SEXUALIDADE E AUTONOMIA

A partir do entendimento das vivências femininas no espaço rural, apresentadas anteriormente, reconhece-se que as experiências das mulheres são atravessadas pelas formas como percebem o próprio corpo, vivenciam a sexualidade e constroem sua autonomia. Essas experiências são constituídas ao longo de suas trajetórias de vida e influenciadas pelas condições sociais, culturais e econômicas e pelas relações de gênero presentes em uma sociedade capitalista e patriarcal.

Na concepção de Oliva (2011), a sociedade estabelece previamente o que se espera de cada sexo, na qual as relações de gênero são organizadas de forma estrutural em que, desde cedo, são atribuídas às mulheres e homens papéis sociais distintos, que muitas vezes são desiguais. Portanto, algumas expectativas sociais acabam influenciando a forma como mulheres e homens se comportam, pensam, vivenciam diferentes aspectos da vida.

Nesse sentido, essas expectativas sociais também influenciam a forma como as mulheres percebem a si mesmas e concebem seus entendimentos acerca do próprio corpo, da sexualidade e da autonomia no contexto em que vivem.

3.1 CORPO E AUTOCONHECIMENTO FEMININO

As percepções das mulheres acerca do próprio corpo e do autoconhecimento revelam experiências marcadas por silêncios, ausência de diálogos e processos de aprendizado construídos gradualmente ao longo da vida.

Ao discutir como as mulheres se percebem a si próprias, Simone de Beauvoir (1970) indaga o “que é uma mulher?” (p.9) e ao formular essa questão, a autora busca destacar que “mulher” é uma condição historicamente construída. Ela afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (1967, p.9) indicando que a feminilidade é produzida por processos de socialização, normas culturais e relações de poder que definem papéis, comportamentos e expectativas em torno do feminino.

Quando Beauvoir (1970) argumenta que “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (p.10), isso quer dizer que, se o homem foi tomado como referência

universal do que significa ser humano, então a mulher passa a ser definida como subordinada, que se encontra em função do homem e não como sujeito de sua própria existência. Nessa perspectiva, Beauvoir (1970) problematiza a ideia que a condição feminina é determinada puramente por fatores biológicos. Ao afirmar que “se o corpo não é uma coisa, é uma situação: é a nossa tomada de posse do mundo e o esboço de nossos projetos” (p. 54), a autora mostra que o corpo é constituído pelas experiências vividas e pelas relações estabelecidas ao longo da vida. Desse modo, o autoconhecimento envolve reconhecer o próprio corpo como parte da experiência, da liberdade e das possibilidades de escolhas.

Nesse sentido, muitas mulheres, em vez de serem incentivadas a conhecer intimamente seu corpo de forma livre e consciente, são ensinadas a atender expectativas ligadas à maternidade, ao cuidado com o outro e aos comportamentos considerados aceitos pela sociedade. No contexto rural, essas construções tendem a ser mais visíveis, já que as normas sociais e culturais que influenciam o comportamento feminino se fazem presentes de forma mais intensa nas relações cotidianas e comunitárias na comunidade, “a identidade e atuação feminina no meio social não é determinado apenas por aspectos biológicos, mas marcado pela incidência de ideologias, pela própria cultura” (Pinto, 2015, p. 15).

Assim, a seguir, são apresentadas as respostas das entrevistas realizadas no povoado com mulheres de diferentes faixas etárias, cujos relatos descrevem distintas formas de conhecimento, silenciamento, descobertas e os significados atribuídos ao corpo e ao autoconhecimento. É preciso entender a complexidade que envolve a suas vidas e como elas são vivenciadas e interpretadas nos aspectos de suas experiências mais íntimas.

Ao serem questionadas sobre o autoconhecimento das entrevistadas, incluindo aspectos como o ciclo menstrual, as mudanças que ocorrem no corpo, prazeres, desejos e limites, as respostas revelam tanto incertezas quanto dificuldades.

Uma das entrevistadas mais jovem associa seu desconhecimento às irregularidades do ciclo menstrual decorrentes de questões clínicas: “[...] *o meu ciclo menstrual mesmo vem tudo misturado. Tem mês que vem numa data, na outra já vem*

em outra, porque eu tinha cisto no ovário, mas não sei se ainda tenho porque eu fiz tratamento” (Entrevistada 1).

Entre as demais participantes, o conhecimento do próprio corpo aparece de forma mais moderada, ainda que indique algumas indecisões: *“não muito, tem coisas que se perguntarem, eu não vou saber responder. Mas meu ciclo menstrual, eu conheço”*. (Entrevistada 4). Já entre as mulheres mais velhas, o conhecimento aparece fortemente associado à experiência reprodutiva: *“[...] eu sabia sobre minha menstruação quando tava normal, porque quando não tava, eu tava grávida. Aí outras coisas, eu não sei*. (Entrevistada 6).

As respostas revelam que o conhecimento sobre o próprio corpo é predominantemente associado ao ciclo menstrual e à reprodução. Aspectos referentes ao prazer, limites e desejos, praticamente não aparecem de forma espontânea nos relatos, sugerindo que existe uma ausência de reflexão sobre essas questões.

Segundo Perrot (2007) o corpo feminino é constantemente observado, descrito e regulado, mas raramente é reconhecido como sujeito capaz de expressar suas percepções pela própria voz. Seu corpo é “objeto de olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele” (p. 13). Esse silenciamento ajuda a compreender por que o autoconhecimento das entrevistadas aparece concentrado em aspectos biológicos e reprodutivos, enquanto outras dimensões do corpo feminino aparecem pouco exploradas.

Outro ponto a ser considerado é o acesso ao atendimento ginecológico, no qual nos mostra diferenças significativas entre as entrevistadas, principalmente em relação à idade da primeira consulta, e também das irregularidades dos cuidados com a própria saúde. Na maioria dos casos, o primeiro contato com ginecologista ocorreu de forma tardia, demonstrando que o acesso aos serviços de saúde se deu por momentos e circunstâncias diferentes na vida de cada entrevistada: *“a primeira vez que eu fui, foi com 50 anos, fazer um vídeo endoscopia. As vezes vou fazer os exames de rotina que mulher faz, mas faz uns 3 anos da última vez que fui”* (Entrevistada 5).

Em outro relato, fica evidente que a busca pelo atendimento nem sempre decorre de informações previamente adquiridas no ambiente familiar, algumas vezes são

impulsionadas por outras esferas ou contextos sociais: *“eu fui com 18 anos, assim que tive minha primeira relação. Mas eu só fui porque eu trabalhava em casa de família no outro estado que eu morava e, [...] minha patroa falou que eu devia ir no médico”* (Entrevistada 3).

Nos depoimentos, também se notam as dificuldades para manter o acompanhamento ginecológico de forma regular entre as mulheres. Uma das entrevistadas, afirma que muitas vezes não consegue comparecer às consultas em razão das demandas cotidianas relacionadas à maternidade e aos cuidados com os filhos pequenos: *“fui com 19 anos. [...] Eu tento fazer todos os anos, mas não é sempre que vou porque tenho filhos pequenos e aí fica difícil”* (Entrevistada 2).

De modo geral, o acompanhamento ginecológico entre as entrevistadas não ocorre de maneira contínua e regular, sendo frequentemente condicionado por circunstâncias específicas, como orientações de terceiros, demandas relacionadas aos cuidados dos filhos e necessidades pontuais da saúde, sua efetivação ainda é atravessada por obstáculos.

Freitas et al. (2024) afirmam que a combinação dos desafios enfrentados pelas mulheres rurais no acesso à saúde ginecológica, bem como a distância até os serviços de saúde, escassez de profissionais especializados e precariedade de infraestrutura, somados à falta de informação, compromete não apenas o conhecimento dessas mulheres sobre o próprio corpo, mas também dificulta a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de diversas condições.

Essas dificuldades não decorrem apenas de limitações individuais, mas também das desigualdades produzidas em uma sociedade capitalista e patriarcal, na qual o acesso aos serviços de saúde e às informações sobre o corpo feminino ocorre de maneira desigual, especialmente para mulheres residentes no espaço rural.

Quanto à relação com o próprio corpo, as narrativas revelam formas diversas de experiências entre as entrevistadas, variando entre sentimentos marcados por conformidade, vergonha e insatisfação. Em alguns casos, o processo de mudanças decorrentes da maternidade, especialmente as estrias, são compreendidas como parte inevitável da experiência feminina: *“[...] antes minha barriga era perfeitinha e*

agora tem estria, mas eu não tenho vergonha. Toda mulher vai passar por isso, então não me afeta” (Entrevistada 1).

Enquanto entre as demais mulheres, nas falas emergem sentimentos de constrangimento e descontentamento com o corpo, produzidos em contextos e pressões sociais que atravessam a construção da autoimagem da mulher: *“[...] depois de tudo que passei com meu ex, eu passei a tomar remédio controlado e engordei muito. E eu tenho muita vergonha do meu corpo”* (Entrevistada 3); *“eu sinto vergonha do meu corpo, até com meu marido. [...] por conta das pessoas que falam ‘se não fosse teus peitos grandes, tu era mais bonita’”* (Entrevistada 4).

Entre as mulheres mais velhas, a relação com o corpo passa por uma ressignificação ao longo do tempo, em que as preocupações estéticas dão lugar às preocupações relacionadas à saúde. Entretanto, ao lembrar da juventude, as falas manifestam a presença de coerção voltadas à aparência e ao comportamento, especialmente no contexto conjugal: *“minha única preocupação hoje é se manter viva. [...] as pessoas sempre falavam pra eu me arrumar, pra ficar bonita pro meu marido, senão eu perdia ele”* (Entrevistada 5).

Apesar das características distintas, algumas experiências se repetem entre várias mulheres diferentes. Algumas falas das entrevistadas apresentam que a relação das mulheres com o próprio corpo é socialmente construída e atravessada por padrões de beleza, relações afetivas e expectativas sociais que afetam a vida dessas mulheres.

Nesse sentido, para Beauvoir (1970, p.10) enquanto o homem “encara o corpo como uma relação direta e normal no mundo”, a mulher vive por condições históricas e sociais que atribuem seu corpo significados específicos, isto é, “a mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade”. Além disso, para a autora, se a experiência física determina a maneira como o ser humano enfrenta o mundo, então essa experiência é ainda maior para as mulheres, uma vez que elas são constantemente colocadas como emotivas e subordinadas na sociedade.

Dessa forma, o processo de autoconhecimento vai além da mera dimensão biológica, configurando-se como um percurso de reconhecimento sobre si, do próprio

corpo, dos limites, dos desejos e das necessidades. Em contextos afetados por desigualdade de gênero, como o analisado nesta pesquisa, aprender sobre o próprio corpo também representa uma ampliação das condições para exercer a autonomia e para estabelecer uma relação mais segura consigo mesma.

3.2 SEXUALIDADE FEMININA

A sexualidade representa um aspecto importante na experiência do ser humano, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), não é possível definir e efetivar adequadamente a saúde sexual sem uma reflexão ampla sobre sexualidade, considerando que ela envolve comportamentos e práticas que impactam significativamente a saúde sexual. Em suma:

“A sexualidade é vivenciada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais.” (OMS, 2006a)

Dessa forma, a sexualidade não se restringe ao ato sexual ou à reprodução, mas também envolve como os sujeitos compreendem o próprio corpo, estabelecem relações, expressam desejos e atribuem significados às suas experiências.

Ao discutir a sexualidade feminina, Simone de Beauvoir (1970, p. 60) questiona as interpretações que reduzem a experiência da mulher aos aspectos biológicos. Embora reconheça a contribuição de Sigmund Freud para a compreensão da sexualidade humana, a autora critica a análise construída a partir de uma referência masculina, que não considera suficientemente as condições sociais, históricas e culturais que estruturam a vivência feminina.

Após analisar as percepções das entrevistadas acerca do autoconhecimento, torna-se fundamental compreender como a sexualidade foi vivenciada ao longo de suas vidas no espaço rural. É importante entender como as informações do ambiente familiar, escolar e comunitário, podem influenciar a forma como as mulheres, especialmente, do espaço rural, reconhecem seu corpo e seus desejos e estabelecem limites em suas relações. De acordo com Maia (s.d.) apesar de a sexualidade ainda ser considerada tabu em diversas culturas, inclusive na nossa, ela acompanha o

desenvolvimento humano de forma natural, assim como outros processos que fazem parte do ser humano.

Quando questionadas sobre a possibilidade de conversar sobre sexualidade, desejos e os próprios limites, as entrevistadas demonstraram que tais assuntos são abordados de maneira restrita. Entre as entrevistadas, o tema permanece cercado por barreiras relacionadas à intimidade e ao medo da exposição, independentemente da idade: *“só com meu parceiro, com outras pessoas, não. Porque eu não me sinto à vontade de tá falando essas coisas.* (Entrevistada 2); *“com meu parceiro, sim. Mas com outras pessoas não porque acho que tenho vergonha”* (Entrevistada 4).

As respostas revelam que a sexualidade é compreendida predominantemente pelo âmbito privado, sobretudo nas relações conjugais e afetivas. A dificuldade em conversar sobre desejos, limites e experiências relacionadas à sexualidade ainda provoca sentimentos de vergonha, constrangimento e desconforto entre as mulheres, pela permanência de barreiras sociais e culturais que dificultam sua expressão e discussão em outros espaços.

De acordo com Russo (2019) embora exista uma iniciativa de diálogo em torno da sexualidade, muitas vezes, essas interações se dão pela preocupação da satisfação masculina, enquanto seus próprios desejos e necessidades seguem em segundo plano, “o prazer das mulheres ainda está ligado em dar prazer ao outro” (p. 15).

Por conta disso, as entrevistadas confessaram recorrer à internet quando buscam esclarecimentos sobre seu corpo e sua sexualidade, quando o acesso a essas informações não é viável: *“eu procuro na internet e às vezes pergunto no médico, quando ele vem.* (Entrevistada 3). Como também, a procura nos meios digitais está relacionada ao sentimento de vergonha, demonstrando que alguns preconceitos impedem esse diálogo: *“eu pesquiso na internet, porque tenho vergonha de perguntar pra alguém”* (Entrevistada 4).

Embora a internet represente uma alternativa que possa contribuir para a busca por informações, além dos fatores como a dificuldade do acompanhamento contínuo da saúde, um dos principais fatores que continuam influenciando esse processo, é o constrangimento.

Os sentimentos de vergonha relacionados à sexualidade, aparecem associados a contextos marcados por repressão e limitações de diálogo. Uma das entrevistadas relata que, durante sua juventude, esse tema não era aceito no ambiente familiar:

“na época que eu casei era muito difícil ter essas coisas. Só pra ter noção, as meninas tinha até medo só de pensar nessas coisas, porque se os pai ficasse sabendo, escoraçava a gente pra fora de casa” (Entrevistada 5).

O relato demonstra como, na trajetória dessa entrevistada, a sexualidade feminina, historicamente, foi atravessada por mecanismos de controle social que restringiam os espaços de diálogos e expressão sobre desejos, limites e experiências sexuais no espaço familiar. Na visão de Sousa et al (2006) a dificuldade de comunicação sobre questões íntimas ligadas à sexualidade nesses espaços está relacionada à presença de preconceitos e tabus que ainda cercam o tema. Muitas vezes, o receio do julgamento e punição pode dificultar que dúvidas sejam compartilhadas e esclarecidas, limitando processos de aprendizagem e construção do conhecimento sobre sexualidade.

No que se refere à abordagem dos sentimentos relatados pelas entrevistadas, é importante perceber que o medo e a culpa circulam nas experiências dessas mulheres, que muitas vezes estão fortemente ligadas às limitações presentes no ambiente social e familiar.

Quando questionada sobre a motivação dessa aflição, a entrevistada relata que o medo está relacionado a possibilidade de rejeição e julgamento familiar, pois a mesma conta que, durante um tempo, sentiu medo por perceber que possivelmente sentia atração por mulheres e temia pela reação da sua família: *“[...] quando eu era mais nova estava sentindo atração por mulheres e eu estava com medo da reação da minha família, deles brigarem comigo”* (Entrevistada 1).

Esse depoimento amplia o entendimento da sexualidade, para além das relações heterossexuais e mostra que as normas sociais motivam também a forma como diferentes possibilidades afetivas e identitárias são vivenciadas.

Conforme Miranda et al. (2025) a orientação sexual faz parte da construção identitária do sujeito, já que envolve vínculos afetivos, emocionais e sexuais. Para as autoras, muitos familiares demonstram resistência em entender e acolher as pessoas cuja orientação não corresponde aos padrões socialmente esperados, o que pode

contribuir para processos de exclusão, silenciamento e sofrimento, impactando diretamente no bem-estar psicológico do indivíduo.

O silêncio, construído em torno da sexualidade contribui para que o conhecimento sobre o corpo feminino esteja frequentemente associado aos aspectos reprodutivos, enquanto outros assuntos não são discutidos abertamente, “a redução do conhecimento sobre o corpo feminino ao processo reprodutivo retrata a ideia de que o único motivo para que este receba cuidados é a capacidade de procriação” (Pinto, 2015, p.19).

“Na minha adolescência eu sentia muita vergonha e medo ao mesmo tempo, porque não era uma coisa muito falada dentro de casa, sabe? É, não era uma coisa muito comum também, assim que te falar, principalmente como nós, mulheres do interior, não falavam muito” (Entrevistada 4).

A ausência de diálogo sobre sexualidade pode ser reproduzida entre gerações, em que a ausência do diálogo sobre o tema não só afeta a experiência individual, mas também como esses conhecimentos influenciam a maneira como eles são transmitidos e vivenciados: *“[...] eu tinha vergonha. Uma mãe nunca falava sobre essas coisas como hoje fala com seus filhos. A minha, mesmo não tinha. Por isso que também não falei com os meus, eu não fui ensinada”*. (Entrevistada 5).

Ressel et al. (2011) pontua que muitas vezes, as dificuldades enfrentadas pelos pais de conversar sobre o assunto, se dão pelo fato de terem presenciado um processo de repressão. E o silêncio presente nas relações familiares reflete na compreensão de que a sexualidade está vinculada aparentemente somente à função reprodutiva.

Uma entrevistada, ainda adolescente, relatou que tinha receio de não conseguir exercer a maternidade por problemas de saúde: *“engravidei com 15 anos, [...] porque era meu sonho e eu achava que nunca ia ser mãe por causa do meu problema”* (Entrevistada 1). Também, outras experiências foram marcadas por uma gestação de risco, o que exigiu acompanhamento médico, que resultou em mudanças significativas na vida da entrevistada, como a saída da escola: *“eu tive que tomar por uns 6 meses, um remédio, pra eu segurar a gravidez porque eu tive um sangramento. Por isso, saí da escola. (Entrevistada 2).*

A partir dessa perspectiva, Pinto (2015) problematiza como a maternidade foi construída historicamente como uma das principais formas de realização atribuídas às mulheres, fazendo com que a reprodução ocupasse um lugar central na vida feminina, “a mulher está subjugada ao seu vazio interior e sua satisfação – talvez a única possível – seja a reprodução e o encontro com este objeto que lhe dê sentido à vida” (p.20).

Além das questões referentes à saúde, algumas falas revelam pressões sociais acerca da maternidade e das escolhas individuais das mulheres: *“eu tive com 32 anos. Só que eu ouvia todo mundo falando que eu devia ter tido mais nova, mas eu acho que não era a hora certa”* (Entrevistada 3). As escolhas reprodutivas femininas, mesmo quando realizadas de acordo com seus próprios desejos e condições, permanecem sujeitas ao julgamento social.

Em outras situações, a autonomia feminina também é desconsiderada: *“foi algo tranquilo até o momento de parir, pois estava marcado uma cesariana mas eles forçaram eu ter parto normal e eu sofri muito. Nenhum momento, eles perguntaram o que eu queria”* (Entrevistada 5).

A ruptura entre a experiência corporal da mulher e o poder de decisão sobre esse próprio corpo, revelam limites impostos à autonomia feminina no processo reprodutivo. Como explica Lima (2024), ainda que os desafios enfrentados na maternidade sejam cada vez mais reconhecidos, as mulheres permanecem em constante julgamentos sociais, em torno de suas escolhas e do seu comportamento. Ou seja, a todo momento, a sociedade não apenas tenta determinar o momento considerado adequado para que as mulheres tenham filhos, como também a forma como deve vivenciar a gestação, o parto e o pós-parto.

Entre as entrevistadas mais velhas, a maternidade surge ligada à precariedade no acesso aos serviços de saúde e pelos perigos da gestação e do parto. *“Meu parto foi em casa, pois a gente não ia no médico, nem pra saber o que era o sexo. Graças a Deus, ela (parteira) conseguiu salvar nós dois. Mas eu quase morri junto com ele”* (Entrevistada 5).

Do mesmo modo, outras experiências são marcadas por perdas, sofrimento e luto decorrentes das condições de vulnerabilidade que essas mulheres se encontram:

“eu passei pelo luto do meu terceiro filho, que faleceu com 7 meses de uma infecção no intestino, foi do nada, eu não sabia o que fazer e não tinha como ir no médico também. Depois tive um aborto”. (Entrevistada 6).

Esses depoimentos ilustram como as barreiras enfrentadas por muitas mulheres em situações de vulnerabilidade social podem impactar diretamente a experiência da maternidade. Segundo Ximenes (2010), a vulnerabilidade social consiste em uma condição multidimensional que expõe indivíduos e grupos a diferentes riscos e processos de degradação social. Assim, a precariedade dos serviços de saúde, somada à limitação da infraestrutura e ao difícil acesso às informações, colocam a saúde e à vida dessas mulheres em situações de maior risco.

De acordo com Dourado et al. (2026) os obstáculos enfrentados pelas mulheres vão além da simples oferta de serviços, incluem também as condutas discriminatórias, a falta de preparo dos profissionais e a invisibilidade das necessidades dos serviços de saúde a essas populações. Além disso, “fatores como renda, escolaridade, raça/cor e local de residência” (p. 16) interferem diretamente no acesso e na permanência dos serviços, reforçando desigualdades estruturais que comprometem a qualidade da assistência.

Embora as experiências apresentadas sejam distintas e ocorram em diferentes momentos da vida, os relatos revelam que a maternidade permanece fortemente associada às expectativas socialmente construídas sobre o papel feminino. Conforme aponta Pinto (2015, p. 20), “o homem é o responsável pela fecundação, a mulher é aquela que recebe, guarda e nutre o embrião. [...] mesmo em se tratando da maternidade, valorizada socialmente, a mulher é dotada de um papel secundário”.

Mesmo na decisão de ser ou não mãe, durante a gestação, o parto e a criação dos filhos, as mulheres passam por pressões sociais, julgamentos e interferências externas, demonstrando que a valorização da maternidade na sociedade, não quer dizer, necessariamente, a valorização da mulher enquanto sujeito.

Desse modo, ao afirmar que “a mulher define-se como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores” (Beauvoir, 1970, p.72), a autora explica que a experiência feminina não nasce de um destino “natural” definido, mas de uma construção em que ela tenta afirmar sua identidade, dentro de uma sociedade que já

determina o que é ser “boa mulher”, como deve agir, se comportar e vivenciar seu corpo e sua sexualidade.

Assim, compreender a sexualidade feminina também implica refletir sobre as possibilidades de escolhas e liberdade das mulheres diante das expectativas sociais e dos papéis de gênero, discussão que conduz a análise da autonomia feminina, apresentada na seção seguinte.

3.3 AUTONOMIA FEMININA

As discussões em torno do autoconhecimento e da sexualidade feminina também envolvem reflexões acerca de um dos tópicos mais pertinentes das experiências das mulheres: a autonomia feminina. Isso porque a forma como as mulheres percebem seus corpos, vivenciam sua sexualidade e estabelecem suas relações afetivas está diretamente relacionada às possibilidades de exercer a liberdade, a escolha e o controle de suas próprias vidas.

Com isso, compreende-se que “a autonomia é a capacidade e as condições concretas que permitem às mulheres tomar livremente as decisões que afetam suas vidas e o poder de agir segundo tais decisões” (Guedes; Fonseca, 2011, p. 1732).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) destaca que a autonomia das mulheres depende de diferentes condições, entre elas viver sem violência, exercer plenamente os direitos sexuais e reprodutivos, ter acesso à renda e à propriedade e participar efetivamente dos espaços de decisão. Para a Comissão, essa autonomia se articula por meio de três dimensões interligadas: econômica, corporal e decisória.

Entretanto, Simone de Beauvoir (1970, p. 179) afirma que “a história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência”. Para a autora, essa dependência não resulta de condição natural, mas de relações sociais historicamente construídas que concentraram o poder político, econômico e simbólico nas mãos dos homens.

Nesse contexto, a mulher foi constituída como o “Outro”, sendo definida em relação ao homem, considerado o sujeito universal. Como afirma Beauvoir (1970, p.

181), "a representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens". As expectativas sobre o que significa "ser mulher" são produzidas e reproduzidas socialmente, influenciando também as possibilidades de autonomia feminina.

Discutir sobre a autonomia feminina, portanto, implica compreender de que maneira essas relações de poder se manifestam no cotidiano das mulheres e influenciam suas possibilidades de decisão sobre o próprio corpo, a sexualidade, o trabalho, a maternidade e os diferentes aspectos de suas vidas. É sob essa perspectiva que serão analisadas as narrativas das entrevistadas desta pesquisa.

De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM, 2016) a autonomia econômica é fundamental para que as mulheres possam garantir o próprio sustento e exercer maior controle de suas trajetórias de vida. Nessa perspectiva, a autonomia não se restringe apenas à obtenção de renda ou à independência financeira, mas envolve também a capacidade de efetuar escolhas e tomar decisões sobre diferentes aspectos da vida pessoal, familiar e profissional.

Questionadas sobre trabalho, renda própria e necessidade de recorrer à opinião de outras pessoas para tomar decisões importantes, é possível perceber que, algumas escolhas colocam as mulheres em contextos de dependência econômica:

"Eu não trabalho, eu dependo do meu marido. Porque depois que eu casei com ele no papel, meu bolsa família foi cortado. E eu acho que isso me impede sim. Então a opinião dele vai ser muito importante em algo que for relacionado a nós dois, já que ele que sustenta a casa" (Entrevistada 4).

Nesse caso, a dependência financeira repercute na autonomia da mulher, quando o sustento familiar está concentrado na figura masculina. Ou seja, ao associar a importância da opinião do marido ao fato dele ser o responsável pela renda familiar fica claro que as desigualdades econômicas podem influenciar as relações de poder no ambiente doméstico, afetando a capacidade das mulheres de exercer sua liberdade de escolha.

Conforme a SPM (2016) a figura do homem provedor e detentor das decisões na família continua presente na sociedade, apesar das significativas transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, como a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho. Tal permanência mostra que as transformações econômicas

e sociais não bastaram para desmontar totalmente as estruturas patriarcais, as quais ainda moldam as relações de poder no âmbito familiar.

Assim, embora algumas entrevistadas possuam fontes de renda, a autonomia financeira nem sempre se traduz na independência dessas mulheres, já que existe a interferência de outras pessoas em suas decisões por conta da insegurança ou costume. A entrevistada 5 afirma: *“hoje eu tenho, que é o aposento e a pensão de viúva. Eu peço opinião ao meu filho mais velho sobre se vai dar certo ou não”* (Entrevistada 5).

Nesse contexto, chama a atenção o fato de que a figura de referência para a tomada de decisão deixa de ser do marido e passa a ser, muitas vezes, a dos filhos. Tal dinâmica mostra como a autonomia feminina pode permanecer limitada ao longo da vida, quando existe a transferência da autoridade masculina do pai ou do marido para os filhos, sendo sempre peças principais nos processos decisórios.

De acordo com Beauvoir (1970, p.92), ao afirmar que as mulheres “se encontra sempre sob a tutela dos homens”, a autora sustenta que a questão fundamental não está em identificar qual homem exerce o poder, mas em compreender a permanência de uma estrutura de dominação masculina. A permanência dessa lógica aparece nas narrativas, nas quais a necessidade de consultar homens da família permanece mesmo quando as mulheres possuem seu próprio dinheiro.

Além disso, a posse de alguma renda também não garante, necessariamente, a autonomia plena sobre os recursos financeiros, visto que algumas interferências podem ocorrer mesmo após uma separação: “eu não trabalho ainda, só estudo, mas eu recebo bolsa família. Aí eu pergunto, às vezes pro meu ex-marido” (Entrevistada 1). Como também:

“em relação a pensão do meu filho, eu sempre tenho que dizer o que vou fazer, pra meu ex-marido não achar que vou gastar comigo, sendo que o valor que ele manda não dá pra quase nada e eu tenho que botar do meu dinheiro” (Entrevistada 3).

A necessidade de justificar o uso dos recursos destinados aos filhos, demonstra que a autonomia financeira das mulheres pode sofrer restrições por meio de práticas de alerta e desconfiança dos ex-companheiros, enquanto as responsabilidades do

cuidado e do sustento continuam sendo majoritariamente atribuídas às mulheres, após o término da relação.

Segundo os dados do IBGE (2025) em um levantamento do Censo Demográfico de 2022, o número de mulheres que vivem com os filhos sem a presença do cônjuge ou de outros parentes contabiliza cerca de 7,8 milhões, representando 13,5% das famílias brasileiras. Além disso, observou-se o crescimento do número das famílias chefiadas por mulheres, cuja participação passou de 22,2% para 48,8% entre 2000 a 2022.

Esses dados apontam que assumir a chefia do domicílio não significa, necessariamente, exercer autonomia em condições de igualdade, uma vez que muitas mulheres continuam concentrando responsabilidades econômicas e de cuidado. Na visão de Araújo e Amorim (2025) as mulheres assumem, ao mesmo tempo, a responsabilidade do sustento econômico, dos cuidados com os filhos e da administração da casa, acumulando múltiplas jornadas de trabalho, aumentando a sobrecarga física e emocional delas.

Assim como também, para as autoras, apesar da legislação prever o pagamento da pensão alimentícia pelo genitor que não detém a guarda, “esses valores além de insuficientes para os cuidados, não são mantidos” (p.3). Desse modo, a autonomia econômica ultrapassa a simples existência de uma fonte de renda. Ela inclui a capacidade de administrar recursos, fazer escolhas e tomar decisões sem a intervenção ou o controle de terceiros, um aspecto que, nas experiências relatadas por essas mulheres, ainda se revela restrito.

Outro ponto a ser considerado é a sobreposição de responsabilidades que caracteriza a divisão sexual do trabalho. Ao afirmar que *“eu sou dona de casa, aposentada e também ganho um pouco quebrando coco e com as coisinhas que planto e cuido”* (Entrevistada 6), indica algo muito comum, o acúmulo de diferentes funções entre as mulheres rurais.

Essa situação demonstra que o fato de as mulheres obterem renda própria não implica, necessariamente, a redução das responsabilidades domésticas, que continuam sendo socialmente atribuídas às mulheres. Como destaca Semprevisa Organização Feminista (SOF, 2016), na divisão social do trabalho, as mulheres

assumem grande parte das atividades domésticas e de cuidado, sendo “principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, um trabalho invisível, gratuito e repetitivo” (p. 7). No espaço rural, essa sobrecarga é intensificada pela participação nas atividades produtivas e de subsistência familiar.

Além de ampliar a carga do trabalho, essa dinâmica também repercute nas possibilidades de exercício da autonomia feminina. Conforme SOF (2016, p.10) “O poder feminino de gestão sobre a terra não é o mesmo que o masculino; [...] nem sempre as mulheres têm as mesmas possibilidades que os homens de decidir o que fazer com ela”. Essa limitação é percebida no relato da Entrevistada 6, ao afirmar: *“mas eu sinto que às vezes eu preciso perguntar pra alguém. Eu peço opinião de como posso usar o dinheiro, do que comprar ou não”* (Entrevistada 6).

Assim, a inserção das mulheres nas esferas produtivas não extingue as relações de dependência cotidianas, pois a necessidade de recorrer a outras pessoas para decidir sobre o uso dos próprios recursos evidencia limites ao exercício da autonomia. Jahn, Santos e Rodrigues (2020) destacam que a relação de poder dos homens sobre as mulheres se expressa também na intensa jornada de trabalho, dificultando que muitas mulheres reconheçam sua capacidade de decidir e de exercer autonomia sobre suas próprias vidas e sobre o trabalho que realizam.

A autonomia feminina, além de envolver aspectos ligados à condição econômica, também compreende a capacidade de exercer escolhas sobre o próprio corpo. Nesse sentido, as entrevistadas apresentaram diferentes formas de vivenciar sua autonomia. Enquanto algumas delas afirmaram sentir liberdade para decidir sozinhas sobre questões ligadas à saúde, ao uso de anticoncepcionais e às relações afetivas, outras relataram depender da opinião de familiares ou dos parceiros para orientar suas escolhas.

Duas das entrevistadas afirmaram terem autonomia para determinadas decisões relacionadas ao próprio corpo. A primeira disse: *“eu decido sozinha a maioria das vezes. Eu já tomei anticoncepcional e decidi por conta própria”* (Entrevistada 1). De forma semelhante, a segunda disse: *“eu sinto que posso decidir sozinha. Por exemplo, na parte do anticoncepcional, eu decidi por conta própria”* (Entrevistada 4).

Embora essas falas indiquem maior liberdade para decisão sobre o uso de métodos contraceptivos, elas também demonstram que tais escolhas nem sempre são acompanhadas de orientação profissional adequada. O exercício da autonomia corporal depende não apenas da possibilidade de decidir, mas também do acesso à informação e aos serviços de saúde que permitem decisões conscientes.

De acordo com Maia e Santos (2023) o desenvolvimento dos métodos contraceptivos possibilitou a popularização da pílula anticoncepcional oral, já que atualmente é um dos métodos mais utilizados pelas mulheres. Porém, esse avanço é preocupante quando o seu uso se faz sem orientação do profissional adequado, visto que podem causar efeitos colaterais e desencadeamentos de possíveis problemas de saúde em mulheres com predisposição a determinadas condições clínicas.

Por outro lado, algumas falas mostram que determinadas decisões sobre o próprio corpo, ainda permanecem guiadas pela necessidade de validação de outras pessoas, especialmente familiares e parceiros. As entrevistadas afirmam: *“eu peço sempre opinião do meu parceiro”* (Entrevistada 2); *“dependo da opinião de alguém. Eu sempre pergunto, às vezes pra minha irmã ou pra minha mãe”* (Entrevistada 3).

Ainda que a busca por conselhos possa representar redes de apoio e cuidados, os relatos indicam que, em determinados contextos, a necessidade constante de validação também pode refletir limitações no exercício da autonomia corporal, especialmente quando associados às dificuldades de acesso à informação e aos serviços de saúde. Mesmo que existam recursos, conhecimentos e soluções capazes de promover maior equidade, persistem situações de discriminações e marginalização que limitam o acesso parcial da população a condições dignas de saúde e bem-estar (UNFPA, 2024).

Além disso, as entrevistadas mais velhas, também apresentam maior necessidade de recorrer à opinião de outras pessoas, principalmente do meio familiar, que pode estar relacionado às inseguranças construídas ao longo da vida e às limitações históricas de acesso à informação e aos serviços de saúde: *“eu tenho que falar com minhas filhas porque eu não sei de nada, aí fica difícil”* (Entrevistada 5); *“eu sempre pergunto pra alguém, porque às vezes a pessoa já passou por aquilo e dar*

um conselho pra gente ir no médico. [...] eu pergunto sempre para minha cunhada” (Entrevistada 6).

Em muitos casos, as decisões ligadas ao corpo e à saúde feminina acabam sendo mediadas por experiências compartilhadas entre familiares e pessoas próximas, especialmente quando existem limitações no acesso à informação. Nesse contexto, a autonomia feminina está diretamente relacionada às condições sociais e estruturais que possibilitam, ou como nesse caso, dificultam o acesso ao conhecimento, ao cuidado e a tomada de decisões de forma segura e consciente.

Como destaca Santos (2025) a autonomia corporal constitui um elemento fundamental para o fortalecimento da autonomia feminina. Entretanto, sua compreensão exige considerar que diferentes fatores, como a classe social, raça, sexualidade e o local onde vive podem influenciar diretamente as possibilidades de acesso à informação, aos serviços de saúde e, principalmente, a capacidade de decisão sobre o próprio corpo.

A autonomia feminina não se restringe às decisões relacionadas ao próprio corpo, mas também se manifesta na possibilidade de as mesmas expressarem seus desejos, opiniões e limites nas relações cotidianas.

Entretanto, esse exercício é influenciado pelos papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres ao longo da vida. Conforme Silva (1999):

A experiência resultante dos papéis sociais fornece aos indivíduos competências e crenças que são relevantes para diferentes contextos sociais. Uma vez que existe uma distribuição desigual de homens e mulheres por papéis específicos, tal constitui uma fonte importante na criação das expectativas acerca do homem e da mulher. As expectativas funcionam como uma pressão no sentido de cada sexo se comportar de acordo com o que a sociedade espera dele (p. 61).

Nesse sentido, ao serem questionadas sobre a dificuldade de dizer “não” ou impor limites nas relações com os parceiros, familiares ou outras pessoas, as falas das entrevistadas revelam que esse exercício nem sempre ocorre de forma livre, sendo frequentemente atravessado por sentimentos de medo, insegurança, receio de críticas e preocupação em desagradar pessoas próximas.

Entre as entrevistadas mais jovens, existe a dificuldade de impor limites, uma vez que existe o medo de julgamentos e à preocupação com a reação das outras

peessoas. A primeira relata: “[...] *eu tenho medo de falar porque eles criticam*” (Entrevistada 1). A segunda, também afirma: “[...] *nem sempre a gente quer falar ou fazer, mas não consigo dizer*” (Entrevistada 2). Isso demonstra que mesmo quando as mulheres possuem opiniões e desejos próprios, elas podem encontrar obstáculos para expressá-los livremente, especialmente em contextos marcados por relações de poder e expectativas sociais sobre o comportamento feminino.

Entre as demais entrevistadas, a dificuldade em estabelecer limites aparece principalmente nas relações familiares. Uma das entrevistadas revela que não encontra problemas em se indispor ao próprio parceiro, mas afirma ter receio em contrariar familiares: “*eu acho que é mais isso, de eu dizer ‘não’, e magoar a pessoa que eu gosto, da minha família*” (Entrevistada 4). Da mesma maneira, outra entrevistada destaca: “*eu acho que tenho mais dificuldade com minha família do que meu antigo marido por conta da confiança que eu tenho mais deles*” (Entrevistada 3).

Esses depoimentos indicam que a dificuldade em estabelecer limites nem sempre decorre exclusivamente da falta de autonomia, pode estar também relacionada ao desejo de preservar as relações afetivas e evitar conflitos. No entanto, esse comportamento também pode ser compreendido à luz dos papéis sociais designados historicamente às mulheres, que influenciam a forma como elas percebem e conduzem suas relações.

Como destacam Silva e Amorim (2025), ao longo da vida, comportamentos, valores e formas de agir são aprendidos e reproduzidos de acordo com a organização da sociedade. Nesse processo, espera-se que as mulheres sejam dóceis, conciliadoras e priorizem a necessidade dos outros, o que frequentemente implica na renúncia de si e no exercício de sua autonomia.

Essa expectativa social também se manifesta na responsabilidade das mulheres pelo trabalho de cuidado. De acordo com Montenegro (2018), a sobrecarga associada ao trabalho de cuidado exhibe como as desigualdades de gênero continuam estruturando o cotidiano das mulheres. Historicamente atribuídas às funções de mãe, esposa e cuidadora, muitas delas assumem responsabilidades familiares sem que suas necessidades, projetos de vida e condições de saúde sejam consideradas.

Sobre os outros depoimentos, sobressai a entrevistada de 68 anos que declara: *“com meu marido, não. Eu não falava nada não, o que ele dizia, tava falado e eu não discutia”* (Entrevistada 5). A fala evidencia uma dinâmica conjugal pautada na submissão feminina às escolhas masculinas, baseada no modelo de gênero que foi historicamente construído com a autoridade do homem de ocupar a posição principal nas relações familiares e conjugais.

Essa realidade dialoga com dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2024), segundo os quais, em 69 países, uma parcela expressiva das mulheres não possui autonomia para tomar decisões sobre a própria saúde, recusar relações sexuais com seus parceiros ou decidir sobre o uso de métodos contraceptivos. Esses dados evidenciam que as limitações à autonomia feminina permanecem presentes em diferentes contextos sociais, ainda que se manifestem de formas distintas.

A autonomia feminina também está relacionada ao acesso à informação e aos serviços de saúde, uma vez que a capacidade de tomar decisões conscientes sobre o próprio corpo depende da possibilidade de obter orientação, esclarecimento e acompanhamento adequados.

De acordo com o UNFPA (2024), apesar dos avanços obtidos na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, muitas pessoas ainda não experimentaram mudanças significativas em suas condições de vida, pois continuam enfrentando obstáculos para exercer esses direitos. Essa realidade está relacionada à persistência das desigualdades de gênero e de outras formas de exclusão social historicamente enraizadas.

Quando questionadas sobre onde buscam informações quando surgem dúvidas relacionadas ao corpo e à saúde, as entrevistadas relataram recorrer principalmente a familiares, ao agente comunitário de saúde e ao médico: *“eu pergunto minha mãe, quando ela não sabe, eu procuro o médico”* (Entrevistada 1). Entretanto, os depoimentos evidenciam que o acesso às orientações profissionais ocorre de forma limitada, em razão da ausência de unidade de saúde no povoado, da demora das consultas e das dificuldades de deslocamento: *“às vezes pergunto ao médico, quando ele vem. Mas é só uma vez no mês que ele vem pra cá”* (Entrevistada 3), *“a gente vai*

no médico ou espera ele vir, porque aqui não tem posto, então tem que esperar ou pagar um transporte pra ir no médico” (Entrevistada 6).

Essas condições indicam que o exercício da autonomia corporal não depende apenas da vontade ou da capacidade individual de decidir, mas também do acesso efetivo à informação, aos serviços de saúde e aos recursos necessários para o cuidado de si. Afinal, “a autonomia corporal é um imperativo dos direitos humanos” (UNFPA, 2024, p.10).

Nessa perspectiva, Soares, Bezerra e Sá (2021) ressaltam que as desigualdades presentes nos territórios rurais brasileiros influenciam diretamente as condições de acesso da população aos serviços básicos, entre eles a saúde. Segundo os autores, embora exista uma rede de atenção organizada para atender as necessidades da população, os moradores rurais, por apresentarem menores condições de acesso a esses serviços, tendem a ser os mais afetados pelas limitações do sistema de saúde, o que pode ampliar situações de vulnerabilidade e comprometer a garantia de direitos fundamentais.

No contexto do povoado investigado, os depoimentos demonstram que a efetivação desse direito encontra barreiras relacionadas ao acesso aos serviços de saúde. A ausência de uma unidade de saúde local, somada à realização dos atendimentos em uma comunidade vizinha, às visitas médicas restritas a uma vez por mês e às dificuldades de deslocamento até os serviços de saúde, faz com que muitas mulheres precisem adiar consultas, exames e orientações ou dependam de terceiros para obter assistência.

Além disso, como os atendimentos se concentram em um único dia para moradores de diferentes localidades, a elevada demanda tende a reduzir o tempo destinado a cada consulta, dificultando o acompanhamento continuado das necessidades de saúde da população. Como consequência, o exercício da autonomia corporal passa a depender da disponibilidade da assistência pública e das condições de deslocamento, limitando o acesso à informação, à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao cuidado em saúde.

Outra dimensão fundamental da autonomia corporal refere-se à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e ao reconhecimento das diferentes formas de

violência de gênero. De acordo com Brasil (2025) a violência doméstica dirigida às mulheres reflete as desigualdades de gênero existentes na sociedade e pode afetar mulheres de variadas idades. Em sua maioria cometida por parceiros ou ex-parceiros, pode se manifestar por meio de agressões físicas, psicológicas, sexual, patrimonial e moral, gerando repercussões na saúde, no bem-estar e nas condições socioeconômicas das mulheres. Assim, essa violência configura uma grave afronta à autonomia corporal feminina, pois limita a liberdade das mulheres em controlar seus corpos, decisões e projetos de vida.

Questionadas sobre situações em que se sentiram desrespeitadas ou forçadas em alguma relação afetiva, as entrevistadas compartilharam experiências que evidenciaram formas de violação da autonomia e do consentimento feminino. Por se tratar de um dos temas mais sensíveis discutidos durante a pesquisa, as respostas revelam situações marcadas por constrangimentos, pressão, desrespeito e silenciamento, que indicam como as relações de gênero podem interferir na autonomia das mulheres.

Entre os depoimentos, destacam-se situações que envolvem desconsideração do consentimento feminino. Uma das entrevistadas relata episódios em que o ex-companheiro insistia em manter relações sexuais mesmo quando ela não desejava: *“quando eu dizia ‘não’, ele falava umas coisas que eu não gostava”* (Entrevistada 1). Embora a entrevistada afirme que cedia às pressões, sua fala descreve que suas escolhas eram constantemente questionadas e que seu desejo não era plenamente respeitado.

Para Guimarães (2025) o entendimento do consentimento, não se limita à mera autorização para a realização de determinada ação, mas envolve a liberdade de escolha e a manifestação voluntária da vontade, podendo ser revogada a qualquer momento. Sua ausência representa uma violação da autonomia corporal e constitui um elemento central da violência sexual.

Outra situação citada por outra entrevistada, envolve a tentativa de interferir nas suas escolhas reprodutivas. A entrevistada recorda que, aos 16 anos, um ex-parceiro sugeriu que a continuidade do relacionamento só seria mantida com a possibilidade de terem um filho do sexo masculino, ela relembra que: *“ele pediu pra gente ter filho,*

mas que tinha uma condição: se fosse menino, a gente se casava, mas se não fosse menina, eu ia criar sozinha. Eu não aceitei e ele me xingou e terminou comigo” (Entrevistada 2).

Esse episódio evidencia uma tentativa de subordinar os projetos de vida e as decisões reprodutivas da mulher aos interesses masculinos. A reação do ex-parceiro diante da recusa também demonstra a dificuldade em reconhecer a legitimidade das escolhas da entrevistada.

Na perspectiva de São Bento et al. (2013), mesmo que os direitos sexuais e reprodutivos sejam reconhecidos a homens e mulheres como direitos fundamentais, suas efetivações ocorrem de forma desigual entre eles. Na prática, a desigualdade no exercício desses direitos, assim como a existência de responsabilidades que são repartidas irregularmente.

Para os autores, isso acontece porque, no âmbito patriarcal, predominam relações de poder que favorecem os homens e valorizam atributos associados ao masculino, relegando às mulheres posições de subordinação e passividade, o que contribui para a desvalorização do feminino, “ser homem é melhor que ser mulher” (São Bento et al., 2013, p. 4564).

Outras formas significativas de violação do consentimento envolvem o desrespeito a acordos previamente estabelecidos pelo casal. A entrevistada de 40 anos, relata que após anos de casamento, ela e seu ex-marido haviam concordado com a utilização do preservativo durante as relações. No entanto, em determinado momento, o companheiro retirou o método sem o seu conhecimento. Segundo a entrevistada, essa situação gerou um sentimento de desrespeito, já que sua decisão estava relacionada ao receio de contrair infecções: *“depois que comecei a sofrer nas mãos dele, eu estava desconfiada que ele poderia me passar algo com alguma traição”* (Entrevistada 3).

O consentimento, portanto, não se limita à concordância em manter uma relação sexual, mas também abrange as condições previamente estabelecidas entre as pessoas envolvidas, especialmente quando dizem respeito à segurança e à saúde da mulher. Afinal, “o consentimento é fundamental para a compreensão das interações interpessoais e o exercício da autonomia individual sobre o próprio corpo e escolhas”

(Guimarães, 2024, p.10), ou seja, a capacidade de decidir sobre o próprio corpo e sobre a própria vida está intimamente ligada ao respeito às vontades, aos limites e às escolhas de cada mulher.

Por fim, destaca-se que a entrevistada de 56 anos optou por não comentar essa questão. Embora esse silêncio não permita conhecer sua experiência, ele também constitui um dado relevante da pesquisa, especialmente por se tratar de um tema íntimo e sensível. A ausência de resposta evidencia que falar sobre experiências relacionadas ao consentimento, ao desrespeito e à violência pode representar um limite para algumas participantes, o que também revela os desafios envolvidos na abordagem dessas questões.

Diante disso, o fato de a entrevistada optar por não responder compreende que determinadas experiências podem representar temas sensíveis, que nem sempre são facilmente verbalizadas ou compartilhadas. Para Stochero et al. (2024) o silenciamento das mulheres se configura como uma forma de opressão que limita sua capacidade de manifestar suas experiências, opiniões e sentimentos. Assim, romper com o silêncio sobre situações de violências, discriminação ou desigualdade representa um importante exercício de autonomia, uma vez que desafia padrões patriarcais que historicamente buscaram controlar e limitar a voz feminina.

Do mesmo modo, romper o silêncio nem sempre é uma tarefa simples para muitas mulheres, especialmente em contextos marcados por relações de poder, dependência afetiva ou financeira e o medo de julgamentos. No caso das mulheres rurais, essas dificuldades podem ser intensificadas pelas condições estruturais que limitam o acesso aos serviços de apoio e proteção.

Nesse sentido, Costa et al (2017) destacam que fatores como a desinformação, às longas distâncias, a restrição de transporte, a insuficiente atuação dos profissionais e a desarticulação das redes de atendimento constituem importantes barreiras para o enfrentamento da violência. Além disso, as autoras ressaltam que a desigualdade histórica na oferta de serviços e a limitada acessibilidade geográfica das ações destinadas às populações rurais contribuem para a permanência dessas vulnerabilidades.

Dessa forma, “as mulheres nesse contexto são particularmente vulneráveis à violência devido à sua posição social relativamente mais fraca e à falta de consciência dos seus direitos legais” (Costa et al., 2017, p.2). O silenciamento das mulheres não pode ser compreendido como uma escolha individual, mas também como resultado de condições sociais, econômicas e institucionais que dificultam a denúncia, a busca por ajuda e o rompimento desses ciclos.

Portanto, a autonomia feminina não pode ser compreendida apenas como uma característica individual, mas como um processo condicionado pelas relações sociais, culturais e econômicas que atravessam a vida das mulheres. Os relatos apresentados demonstram que o exercício dessa autonomia permanece limitado por diferentes formas de desigualdade, evidenciando a necessidade de compreender os fatores que sustentam essas condições e seus impactos sobre a vida das mulheres rurais.

4 FATORES E IMPACTOS NAS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES RURAIS

Compreender as vivências das mulheres no que se refere ao conhecimento, à sexualidade e à autonomia requer admitir que essas experiências não se formam por decisões exclusivamente individuais. Elas são atravessadas por contextos históricos, sociais, culturais e materiais que moldam a maneira como as mulheres se veem, estabelecem relações e exercem seus direitos.

Nesse cenário, a desigualdade de gênero assume um papel central, uma vez que contribui para perpetuar expectativas, normas e relações de poder que estruturam o cotidiano das mulheres. Contudo, como questiona Beauvoir (1970, p. 12): “De onde vem essa submissão na mulher?”.

Partindo dessa reflexão, torna-se relevante analisar os fatores que influenciam as trajetórias das mulheres rurais participantes desta pesquisa e os impactos produzidos em suas experiências de vida. Considerando que essas vivências se desenvolvem em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e por condições materiais de vida, este capítulo discute como esses fatores interferem no conhecimento sobre o corpo, na sexualidade, na autonomia e nas formas de viver dessas mulheres.

4.1 ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Ao refletir sobre a condição feminina, Beauvoir (1970) busca compreender por que as mulheres ocupam uma posição singular entre os grupos historicamente subordinados. Para a autora, diferentemente de outros grupos, cuja condição pode ser associada a acontecimentos históricos específicos, a subordinação feminina não possui uma origem claramente delimitada no tempo.

Em diversos contextos, a dominação de determinados grupos pode ser explicada por fatos históricos concretos, como a escravidão da população negra, a colonização, que marcou a submissão de diversos povos ou ainda a dispersão dos judeus. “Nesses casos, para os oprimidos, houve um passo à frente: têm em comum um passado, uma tradição, por vezes uma religião, uma cultura” (Beauvoir, 1970, p.12).

Entretanto, Beauvoir (1970) argumenta que a situação das mulheres apresenta características distintas. As mulheres não constituem uma minoria numérica; “sempre houve mulheres” (p.12) em todas as sociedades. Apesar disso, foram historicamente situadas em posição de dependência e subordinação em relação aos homens. Na visão da autora, essa condição não resulta de um acontecimento específico, mas sim, de um longo processo histórico que naturaliza a desigualdade entre os sexos e posiciona a mulher como o “Outro”.

A compreensão desse processo histórico também pode ser analisada a partir da noção de patriarcado. Segundo Gerda Lerner (2019), o patriarcado consiste em um sistema de organização social marcado pela formação da soberania masculina sobre as mulheres, inicialmente no âmbito familiar e posteriormente estendida às demais esferas da sociedade. Isso “não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos” (Lerner, 2019, p. 390), mas tal estrutura estabelece relações desiguais de poder que favorecem a predominância masculina em importantes espaços de poder.

Nesse sentido, Lerner (2019, p. 25) afirma que “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis”. Para a autora, essas instituições desempenham papel fundamental na reprodução de valores e normas que contribuem para naturalizar as desigualdades entre homens e mulheres.

Dessa forma, as estruturas patriarcais não se sustentam apenas por mecanismos explícitos de dominação, mas também pela reprodução cotidiana de comportamentos, expectativas e crenças socialmente compartilhadas, por meio de “ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores” (Lerner, 2019, p. 25).

Embora o patriarcado seja uma configuração histórica de dominação masculina, sua permanência na sociedade contemporânea também pode ser compreendida em articulação com as condições materiais produzidas pelo capitalismo. Nessa perspectiva, Saffioti (1976) sustenta que a subordinação das mulheres antecede o capitalismo. Em sociedades pré-capitalistas, mesmo diante de uma posição jurídica, social e política inferior à dos homens, as mulheres participavam diretamente do

sistema produtivo, desempenhando um papel econômico relevante para a manutenção da família. Entretanto, com o avanço das forças produtivas e a consolidação do modo de produção capitalista, esse quadro se transforma, intensificando a exclusão feminina das atividades produtivas.

De acordo com a autora, “o aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher” (Saffioti, 1976, p. 18). Isso significa que, ao mesmo tempo em que o capitalismo amplia a produção e reorganiza o trabalho, também reforça as desigualdades já existentes entre homens e mulheres. Desse modo, a inferiorização da mulher passa a desempenhar uma nova função social, favorecendo a manutenção da divisão sexual do trabalho e a exploração da força de trabalho feminina.

Nesse sentido, Saffioti (1976, p.19) sustenta que “o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva”. Assim, o capitalismo não gera a desigualdade entre os sexos, mas apropria-se de uma estrutura patriarcal historicamente formada para validar formas de exploração e justificar a permanência das mulheres em posições socialmente inferiores.

Como consequência, a autora ressalta que os obstáculos vivenciados pelas mulheres não resultam de limitações naturais, e sim de barreiras impostas pela organização social, pois “a mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher” (Saffioti, 1976, p. 19).

Com base nessa compreensão, buscou-se analisar como essas dimensões históricas, sociais e materiais se manifestam nas experiências cotidianas das entrevistadas.

4.1.1 Socialização feminina: família, comunidade e religião

A fim de compreender como os processos de socialização feminina se manifestam na realidade investigada, foram realizadas perguntas sobre como a educação familiar, a comunidade e a religião influenciam a percepção das mulheres sobre seus corpos, sua sexualidade e seu papel social. As respostas indicam que

essas instituições ainda possuem influência relevante em suas trajetórias, colaborando para a formação de valores, condutas e expectativas associadas ao feminino.

[...] apenas ser do sexo masculino ou feminino, não é uma condição suficiente para que os papéis sejam definidos socialmente. Há uma construção social que direciona o comportamento de homens e mulheres na sociedade (Alves, 2012, p. 1).

Nesse contexto, a família aparece como um dos primeiros espaços de socialização dos papéis de gênero. Guimarães (2002) defende que a família é uma instituição fundamental para a formação do indivíduo. No entanto, embora ela esteja situada principalmente no espaço privado, ela mantém uma relação constante com a sociedade, uma vez que “suas ações são influenciadas pela trama de relações que a sociedade constrói” (Guimarães, 2002, p. 63). Isso significa que as relações familiares são constantemente influenciadas por valores, normas e relações sociais.

A fala da entrevistada 5 expõe esse processo ao afirmar que, desde a infância, foi ensinada apenas sobre as responsabilidades domésticas, de modo que a mulher “*cresce sabendo só ser dona de casa e boa esposa*” (Entrevistada 5). O relato mostra como expectativas tradicionalmente atribuídas ao feminino são transmitidas, favorecendo a incorporação da noção de que a responsabilidade pelo cuidado do lar, da família e de terceiros recai predominantemente sobre as mulheres.

Assim, desde a infância, muitas meninas recebem uma educação voltada ao desempenho de tarefas de cuidado e conservação do espaço doméstico, de tal maneira que seus projetos pessoais ficam em segundo plano. Beauvoir (1967, p. 22) afirma que “na mulher há, no início, um conflito entre a existência autônoma e seu 'ser outro'; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia”.

Para Beauvoir (1967), isto quer dizer que a mulher não nasce naturalmente dependente ou submissa, pelo contrário, a mulher possui a mesma capacidade de agir, de escolher e construir sua existência como qualquer ser humano. Entretanto, ao longo do processo de socialização, ela aprende que, para ser aceita, amada ou reconhecida, deve priorizar as necessidades dos outros e adequar seu comportamento às expectativas impostas sobre o que é ser mulher.

A comunidade também se apresenta como um espaço para a regulação do comportamento feminino. Alves (2012) pontua que a sociedade constrói modelos de feminilidade e os transmite ao longo da socialização, fazendo com que elas aprendam, desde cedo, quais comportamentos são esperados de uma mulher.

Uma das entrevistadas observa que, no contexto rural, “as pessoas comentam demais; se você fizer algo diferente, já comentam” (Entrevistada 4). Da mesma forma, outra entrevistada comenta que “algumas mulheres são mais comportadas por conta do marido e outras não porque são solteiras” (Entrevistada 2).

Essas impressões mostram que a comunidade funciona como um espaço de vigilância, no qual comportamentos considerados adequados ou inadequados para as mulheres são constantemente avaliados. O receio das críticas e dos julgamentos pode interferir nas escolhas das mulheres, revelando normas compartilhadas coletivamente que participam da construção da feminilidade.

Quando Beauvoir (1967, p. 30) afirma que “tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem”, ela quer dizer que a menina cresce em um ambiente social que constantemente reforça a superioridade masculina.

Ou seja, a desigualdade de gênero não surge apenas na fase adulta, mas é construída desde a infância por meio da cultura “[...] é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino” (Beauvoir, 1967, p. 30).

Além da família e da comunidade, a religião também surge como um importante elemento de influência. “A religião tem um peso considerável na construção das pessoas e na formação das identidades culturais e sociais” (Bento et al., 2025, p. 3).

Uma das entrevistadas relata que modificou seu entendimento sobre a masturbação após compreender que essa prática era considerada pecado em sua religião, como afirma: *“a masturbação, eu achava que isso era normal, mas eu descobri que na minha religião era pecado e por isso não faço mais isso. Eu tento seguir o que minha religião fala”* (Entrevistada 3). Outra entrevistada associa o comportamento e a forma de vestir às normas religiosas, porque *“já que eu vou*

sempre à igreja, a mulher tem que se comportar, ainda mais nesse lugar. A mulher tem que saber se vestir” (Entrevistada 6).

Tais respostas demonstram como determinadas crenças e valores podem influenciar a forma como as mulheres compreendem seus corpos, sexualidade e suas condutas, especialmente em contextos nos quais a religião ocupa um papel significativo na vida comunitária.

A religião desempenha papel fundamental, na formação da identidade cultural das comunidades, e na formação de valores, crenças e comportamentos dos indivíduos, influenciando diversos aspectos da vida social e educacional (Bento et al., 2025, p. 3).

Observa-se que os ensinamentos religiosos podem atuar na construção de modelos considerados adequados para o comportamento feminino, influenciando nas escolhas, nas práticas e nas formas de expressão da sexualidade. Mesmo que algumas orientações ocorram de maneira voluntária pelas próprias mulheres, essas instruções estão relacionadas a valores historicamente construídos que estabelecem padrões distintos para homens e mulheres. Especialmente, em “comunidades rurais, onde a religião tem forte presença, essa influência é ainda mais evidente” (Campelo et al., 2024, p. 13).

Beauvoir (1967) argumenta que durante toda a história, a maioria das narrativas foram construídas pelos homens e a partir de perspectivas masculinas. Por isso, os valores, expectativas e visões de mundo presentes na sociedade tendem a privilegiar os interesses dos homens.

Para ela, essa superioridade também aparece nas esferas religiosas, uma vez que o poder dos homens não é apresentado apenas como algo terreno, mas algo que ele adquiriu com a dimensão simbólica e sagrada. E por isso, “em virtude do papel que assume a religião na vida das mulheres, a menina, mais dominada pela mãe do que o irmão, sofre mais, igualmente, as influências religiosas” (Beauvoir, 1967, p. 31).

E no âmbito religioso, isso decorre porque a principal figura do cristianismo é representada como masculina, “Cristo é mais concretamente ainda um homem de carne e osso e de longa barba loura” (Beauvoir, 1967, p. 31). Além disso, os principais cargos de autoridade religiosa são ocupados por homens, “o papa, os bispos de quem

se beija o anel, o padre que diz a missa, o que prega, aquele perante qual se ajoelham no segredo do confessional, são homens” (Beauvoir, 1967, p. 31).

Assim, a associação entre o poder e a masculinidade é historicamente reforçada não apenas na família e na sociedade, mas também na religião. Nesse processo, as mulheres podem reproduzir, sem necessariamente perceber, valores e normas socialmente construídos. Não porque sejam responsáveis pela desigualdade, mas porque também foram socializadas dentro desse sistema.

A criação da mulher pela costela de Adão é interpretada em seu sentido mais literal há milhares de anos, para indicar a inferioridade da mulher concebida por Deus - seja porque a interpretação recai sobre a costela como uma das partes “inferiores” de Adão e, portanto, um indício de inferioridade, seja pelo fato de Eva ter sido criada da carne e do osso de Adão, enquanto ele foi criado a partir da terra. (Lerner, 2019, p. 306).

Evidencia-se, portanto, que família, a religião e a comunidade atuam como poderes fundamentais de socialização de gênero, contribuindo de forma contínua para a transmissão de normas e valores, os quais seguem influenciando as vivências das mulheres rurais envolvidas nesta pesquisa.

As influências do seio familiar, das crenças religiosas e da comunidade também se manifestam na maneira pela qual os conhecimentos sobre o corpo e sexualidade são transmitidos entre gerações. Ao longo da história, esses assuntos nem sempre foram tratados de forma franca, especialmente no que se refere às mulheres, já que contribuíram para a permanência do silêncio, desconfortos e limitações no acesso à informação.

Há milênios, as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia da própria inferioridade. A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas (Lerner, 2019, p. 360).

Entre as entrevistadas, é possível perceber diferenças em relação às conversas sobre o corpo, menstruação e sexualidade durante a infância e a adolescência. As entrevistadas mais jovens relatam ter recebido orientações e tiveram mais abertura para o diálogo familiar.

Ambas reconhecem a importância dessas orientações e destacam o valor do acesso à informação durante a adolescência: *“a minha mãe conversava com a gente,*

ensinava tudo direitinho, até sobre gravidez. Porque tem muita coisa que a gente não sabe e é muito importante que a gente fique sabendo” (Entrevistada 1).

A entrevistada 2, inclusive, afirma que pretende reproduzir essa prática na educação de sua filha: *“a minha mãe falava abertamente com a gente. Ela falava pra alertar, pra não engravidar cedo. [...] quero ser assim com a minha filha”* (Entrevistada 2).

No entanto, esses relatos também demonstram que o acesso à informação, embora fundamental, não é suficiente para impedir que as mulheres enfrentem desafios e desigualdades. A entrevistada 1, apesar de relatar ter recebido conselhos da mãe sobre gravidez, casou-se pela primeira vez com 13 anos e, após o término dessa relação, casou-se novamente aos 15 anos, período em que engravidou. Já a entrevistada 2, mesmo tendo engravidado na fase adulta, interrompeu os estudos ainda durante o ensino médio.

Essas experiências demonstram que as vivências femininas são atravessadas por múltiplos fatores que interferem em suas escolhas e oportunidades. Desse modo, o diálogo familiar representa um fator fundamental para o acesso às informações, mas não elimina, por si só, as desigualdades e os obstáculos que marcam a vida das mulheres. “A gravidez na adolescência é resultado de um conjunto de fatores estruturais da sociedade. Dentre estes estão os culturais, econômicos e sociais” (Diniz, 2010, p. 18).

Em contraste, outros depoimentos mostram que as mulheres tiveram experiências marcadas pelo silêncio e pela dificuldade de conversar sobre questões relacionadas ao corpo e à sexualidade. A entrevistada 3 recorda que ao vivenciar sua primeira menstruação, buscou esclarecimento, mas não recebeu respostas adequadas. Pelo contrário, afirma que: *“na minha primeira menstruação, eu perguntei mas não me responderam. Fizeram até graça e aí fiquei com vergonha de perguntar de novo”* (Entrevistada 3).

Para Beauvoir (1967) a primeira menstruação marca a entrada da menina em uma nova etapa da vida e a faz perceber de forma mais perceptível as diferenças de tratamento entre homens e mulheres. Mesmo se tratando de um processo biológico

natural, a autora destaca que a menstruação é frequentemente associada por significados sociais negativos.

Nesse sentido, afirma que a primeira menstruação “revela-lhe essa significação e os sentimentos de vergonha aparecem. Se já existiam, confirmam-se e ampliam-se a partir desse momento” (Beauvoir, 1967, p. 50). Tal percepção está relacionada ao silêncio, aos tabus e a ideia de que o sangue menstrual deve ser escondido, contribuindo para que muitas mulheres percebam seu corpo como algo constrangedor.

Da mesma forma, a entrevistada 4 relata que tais assuntos eram pouco abordados em sua família e que, mesmo quando procurava a mãe para conversar, ambas demonstravam constrangimento sobre o tema: *“eu até perguntava, às vezes com vergonha, mas perguntava. Para a minha mãe, ela ficava com vergonha também e não respondia”* (Entrevistada 4).

Ou seja, as respostas mostram que o silêncio em torno do corpo e da sexualidade feminina nem sempre resulta do desinteresse em aprender, mas sim, de barreiras culturais que impedem a abertura do diálogo sobre os temas. Nesses contextos, a vergonha surge tanto entre os jovens que procuravam saber mais, quanto entre os familiares encarregados de transmitir esses conhecimentos. Como consequência, tais conhecimentos tornam-se limitados, levando mulheres a buscarem fontes informais ou permanecerem com dúvidas durante momentos importantes de suas vidas.

Na visão de Beauvoir (1967) a ausência de um diálogo aberto sobre sexualidade faz com que as meninas dependam de informações fragmentadas, obtidas por diferentes fontes, muitas vezes, carregadas de preconceitos, mitos e contradições. Essa realidade dificulta a compreensão do próprio corpo e das transformações vivenciadas durante o processo de crescimento.

Por isso, a autora declara que a mulher “conduz-se às apalpadelas na obscuridade e na repugnância” (Beauvoir, 1967, p. 43), expressão que remete a uma ideia de alguém tentando se orientar no escuro. Para Beauvoir, a sociedade transforma a descoberta da sexualidade em uma experiência marcada pelo desconhecimento, pelo medo e pela vergonha. Assim, a obscuridade representa a

falta de informação, enquanto a repugnância está relacionada aos tabus e estigmas associados ao corpo e à sexualidade feminina.

Além de trajetórias marcadas pelo silêncio e pela dificuldade de diálogo, as outras entrevistadas descrevem experiências em que as conversas sobre essas questões ocorreram de forma limitada e direcionada a determinados temas. Nesses casos, as orientações recebidas estavam menos relacionadas ao conhecimento sobre o corpo e a sexualidade e mais voltadas para preocupações morais e comportamentos associados ao papel social esperado das mulheres.

Uma das entrevistadas conta que as conversas com a mãe se restringiam apenas à menstruação, principalmente quando havia algum atraso, situação que era imediatamente associada à possibilidade de uma gravidez: *“eu morando com ela, ela sabia quando ia acontecer. [...] se atrasava, pronto já ficava botando em mim, eu não tinha nadinha, mas ela já achava que eu tava grávida”* (Entrevistada 5). No entanto, ela alega que nunca houve diálogo sobre sexualidade, tanto pela ausência de iniciativa, quanto pela dificuldade de se abrir para tratar do assunto: *“a gente nunca conversou sobre isso”* (Entrevistada 5).

Igualmente, outra entrevistada que recorda que os conselhos adquiridos estavam centrados na necessidade de evitar uma gravidez antes do casamento, uma vez que tal situação era considerada indecente, *“porque se acontecesse já era uma vergonha pra família”* (Entrevistada 6).

Esses relatos indicam que, em determinados contextos, as informações transmitidas às mulheres não tinham por objetivo o reconhecimento do próprio corpo, a compreensão da sexualidade ou o estímulo da autonomia; destinavam-se sobretudo ao controle de condutas tidas como aceitáveis ou não. Assim, a preocupação com a reputação da família e da preservação de determinadas questões morais, parecem ter mais destaque do que reconhecer a importância de conversar abertamente sobre sexualidade.

Beauvoir (1967) explica que homens e mulheres são socializados de maneiras diferentes. Enquanto os meninos são incentivados à liberdade, a autonomia e a exploração do mundo, as meninas são educadas sob vigilância e controle, tendo suas escolhas frequentemente limitadas.

Nesse contexto, a autora destaca que as meninas aprendem a adaptar seus comportamentos às expectativas familiares e sociais, uma vez que “não a encorajam em absoluto a escolher seus divertimentos, seus prazeres” (Beauvoir, 1967, p. 72).

Dessa forma, os depoimentos das entrevistadas manifestaram que a socialização feminina ocorre por meio de práticas familiares, comunitárias e religiosas que, ao longo da vida, influenciam a maneira como as mulheres compreendem seus corpos, suas escolhas e seus lugares sociais.

4.1.2 Condições materiais, estruturais e acesso à informação

Além das relações patriarcais, as mulheres rurais também enfrentam desafios relacionados às condições materiais e estruturais do território onde vivem. Embora esses fatores não decorram exclusivamente das desigualdades de gênero, seus efeitos são potencializados quando articulados às situações de vulnerabilidade social vivenciadas por essas mulheres.

Por esse motivo, além das influências culturais e sociais discutidas anteriormente, as entrevistadas foram questionadas sobre outros fatores que podem dificultar o acesso à informação, aos serviços de saúde e à tomada de decisão do próprio corpo. A entrevistada 4 menciona que as limitações estruturais do meio rural comprometem essas questões:

Eu acho que é porque, como aqui é zona rural, é um interior muito pequeno, é difícil ter algumas informações. Mas antigamente era pior porque não tinha estrada, não tinha moto para a gente estar andando para a cidade, acho que é por isso. (Entrevistada 4).

Além disso, quando não se pode esperar pelo atendimento médico na comunidade, muitas vezes, torna-se necessário buscar alternativas. Nesses casos, a disponibilidade de recursos financeiros assume um papel fundamental. No entanto, como relata a entrevistada 4: *“como não trabalho, também eu tenho que pedir dinheiro pro meu marido”*. (Entrevistada 4). Ou, ainda: *“nem todo mês a gente tem dinheiro pra ir e aí tem que esperar, mas custa ele vir aqui. Tem que depender deles”* (Entrevistada 2).

Assim, a falta de renda própria ou a insuficiência de recursos no momento da necessidade pode representar uma barreira a mais às dificuldades enfrentadas por essas mulheres. Nessa perspectiva, essa realidade também pode ser compreendida

a partir de uma análise interseccional. Conforme Crenshaw (2002), a interseccionalidade permite entender como diferentes sistemas de subordinação, entre eles o patriarcado e a desigualdade de classes, articulam-se e produzem formas específicas de vulnerabilidade.

No contexto desta pesquisa, observa-se que as desigualdades de gênero não se manifestam de forma isolada, mas são intensificadas pelas condições socioeconômicas e territoriais que marcam a vida das mulheres rurais. Como destacam Quintana, Costa e Diotto (2025), quando as políticas públicas deixam de considerar as múltiplas dimensões que atravessam a vida das mulheres rurais, tendem a reproduzir desigualdade de acesso sobre a saúde, a informação e outros direitos.

Dessa forma, a dependência financeira, as limitações de renda e o acesso restrito aos serviços públicos evidenciam que a vulnerabilidade vivenciada pelas entrevistadas resulta da articulação entre desigualdades de gênero e de classe, potencializadas pelas condições estruturais do espaço rural. Oliveira et al (2025) ressaltam que as dificuldades econômicas representam importantes obstáculos ao acesso das mulheres aos serviços de saúde. Em contextos de vulnerabilidade social, despesas como transporte, exames, consultas e medicamentos podem comprometer a busca por atendimento, levando muitas mulheres a priorizarem necessidades básicas, como alimentação e moradia, ao invés do cuidado da própria saúde.

Destaca-se também a baixa escolaridade como um dos fatores que podem dificultar a compreensão de informações e o exercício da autonomia. As entrevistadas mais velhas afirmam que a falta de estudos faz com que seja necessário pedir ajuda a outras pessoas em diversas situações, até para administrar questões relacionadas ao próprio dinheiro: *“como eu não tenho estudo isso dificulta muita coisa. Eu tenho que ta perguntando hoje pro meus filhos, quando vou usar meu dinheiro pra alguma coisa”* (Entrevistada 5).

Dessa forma, a limitação da educação repercute para além dos conhecimentos formais, pois pode afetar também a capacidade de compreender informações, utilizar serviços e alcançar maior autonomia nas escolhas do dia a dia. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO

(2016, p.149), a alfabetização constitui um componente fundamental de aprendizagem ao longo da vida, permitindo que as pessoas desenvolvam conhecimentos e competências para participar plenamente da comunidade, da sociedade e enfrentar os desafios da vida cotidiana.

Por outro lado, entre os depoimentos relatados, é possível observar que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres não estão relacionadas apenas à precariedade de infraestrutura, ao acesso limitado aos serviços de saúde ou à baixa escolaridade. Em alguns casos, elas também envolvem a forma como determinadas questões são percebidas e priorizadas pelas próprias mulheres. Segundo a entrevistada 3, diante da grande demanda no atendimento médico na comunidade, *“tem muita gente pra ele atender em um determinado tempo, então a gente fala as coisas mais urgentes como a saúde do que sobre a sexualidade e essas outras coisas”* (Entrevistada 3).

Dessa forma, temas associados ao conhecimento do próprio corpo, à sexualidade e a saúde sexual e reprodutiva tendem a ocupar uma posição secundária em relação a outras necessidades consideradas mais imediatas.

Segundo Ferrarini et al. (2022), apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas em relação à sexualidade feminina, ao aumento da autonomia das mulheres e às mudanças em seus estilos de vida, o prazer sexual feminino ainda permanece permeado por tabus e preconceitos socialmente construídos. Essas concepções refletem-se em diferentes espaços sociais, inclusive nos processos educativos e nas práticas de atenção à saúde, o que faz com que a sexualidade das mulheres seja frequentemente associada à função reprodutiva, em detrimento de outras dimensões igualmente importantes, como o desejo, o prazer e as fantasias sexuais, que constituem aspectos fundamentais para uma vivência plena da sexualidade.

Por isso, o acesso à informação e ao cuidado não depende apenas da oferta de recursos e serviços, mas igualmente do reconhecimento de que saber sobre o próprio corpo e a sexualidade é fundamental para o exercício da autonomia e para assegurar a saúde integral feminina. “A falta de instrução representa um obstáculo, já que várias mulheres não dispõem de recursos informativos concisos e alinhados com suas realidades culturais” (Oliveira et al., 2025, p. 10).

Considerando a importância do acesso à informação para o conhecimento do próprio corpo, da sexualidade e da saúde feminina, mas diante das dificuldades relatadas pelas entrevistadas, buscou-se compreender quais meios essas mulheres têm disponíveis para orientá-las sobre sexualidade, saúde feminina e os direitos das mulheres. Assim, questionou-se se elas já haviam participado de alguma atividade, palestra ou programas promovidos por escolas, serviços de saúde, órgãos públicos ou outra instituição.

As respostas permitiram observar se essas informações chegam às comunidades rurais, com que frequência são ofertadas e de que forma contribuem para a construção do autoconhecimento. Entre as entrevistadas mais jovens, a escola constitui um importante espaço de acesso à informação.

A sexualidade é um ponto fundamental da vida humana, que age diretamente na construção da identidade pessoal e social de cada indivíduo, devendo ser observada e compreendida pelos seus diferentes aspectos, sejam eles físicos, emocionais, psicológicos ou sociais (Silva et al., 2024, p. 1).

A entrevistada 1 relata ter participado, em 2025, de apenas uma atividade desenvolvida pela escola sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e destacou a importância da possibilidade de adquirir tais informações, quando não circulam no cotidiano: *“porque tem muita coisa que a gente não sabe, e é bom ficar sabendo”* (Entrevistada 1).

A entrevistada 2 também menciona ter participado de uma atividade no ambiente escolar, quando estudava, sobre questões também relacionadas às ISTs, apesar de reconhecer que aprendeu algumas coisas, porém, *“não lembro de muita coisa”* (Entrevistada 2).

Entretanto, é importante destacar que essas atividades não foram realizadas no povoado São João do Arapapá, uma vez que o espaço não dispõe de instituição de ensino. Dessa forma, o contato das entrevistadas com essas ações ocorreu em escolas localizadas em outro povoado, frequentadas por meio de ônibus escolar. Esse aspecto demonstra que, embora a escola tenha se constituído como um espaço de acesso a informações sobre sexualidade e saúde, essas ações educativas não ocorreram diretamente no povoado onde essas mulheres vivem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que, no Ensino Fundamental, o estudo da sexualidade seja desenvolvido no componente curricular de Ciências, contemplando conteúdos relacionados à puberdade, aos métodos contraceptivos, à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e as múltiplas dimensões da sexualidade humana, envolvendo aspectos biológicos, socioculturais, afetivos e éticos (Brasil, 2018). Contudo, observa-se que essas habilidades estão concentradas, principalmente, no 8º ano do Ensino Fundamental, não havendo, na BNCC do Ensino Médio, habilidades específicas voltadas ao aprofundamento dessas discussões.

Considerando que uma das entrevistadas é adolescente e a outra é jovem, essa organização curricular pode contribuir para que o contato com essas temáticas ocorra de forma pontual, sem continuidade na trajetória escolar. Essa compreensão é reforçada pelos relatos, nos quais ambas mencionam ter participado apenas de atividades voltadas às ISTs.

Há um escasso debate sobre a sexualidade no contexto da escola rural, o que se reflete em desafios e dificuldades. Em consequência, as ações educativas para a sexualidade são distantes do contexto e dos adolescentes (Monroy-Garzon; Silva, 2022, p. 2).

Além disso, Silva et al. (2024) destacam que, embora as diretrizes curriculares contemplem uma abordagem mais ampla da sexualidade, sua implementação nas práticas educacionais ainda ocorre de maneira limitada, concentrando-se em aspectos básicos e de cunho biológico. Essas restrições dificultam o debate sobre questões relevantes que permeiam a sociedade atual, fazendo com que dúvidas e questionamentos não sejam adequadamente discutidos.

Em outras situações, a entrevistada 4 conta que participou apenas de uma palestra sobre saúde íntima, porém, não aprendeu nada de novo, uma vez que já conhecia os temas que estavam sendo tratados: *“só foi uma vez, mas eu nem lembro quando foi. [...] o que eu vi lá, eu já sabia, já tinha ouvido falar”* (Entrevistada 4). Esse relato demonstra que a eficácia dessas intervenções não se dá apenas pela sua realização, mas também pela capacidade de articular-se com as necessidades e os saberes já existentes das participantes.

Como destaca Medeiros et al. (2025) embora tenha ocorrido avanços, ainda persistem obstáculos importantes para a promoção da saúde sexual e reprodutiva das

mulheres em situações de vulnerabilidade. O acesso restrito aos serviços, a presença de tabus culturais e a insuficiente qualificação dos profissionais comprometem a eficácia das ações e da prevenção.

Entre as entrevistadas mais velhas, embora algumas ações tenham alcançado as mulheres da comunidade, essas iniciativas foram pontuais e ocorreram há muitos anos, sem continuidade na atualidade, como relata a entrevistada 5: *“teve outra que foi aqui no colégio quando prestava, veio uma equipe pra cá. Mas isso há muito tempo mesmo. Nunca mais teve aqui não”*.

Esse cenário é reforçado pelas demais falas, que indicam a ausência de ações contínuas no povoado, como destaca a Entrevistada 6: *“essas coisas nunca acontece aqui”*. Em decorrência disso, essas mulheres permanecem com poucas oportunidades de participar de atividades voltadas à orientação, considerando que “mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam inúmeros desafios no acesso aos serviços de saúde, especialmente na Atenção Básica, que deveria ser o primeiro ponto de acolhimento e cuidado contínuo” (Medeiros et al., 2025, p. 139).

Para além da limitação no acesso à informação, a falta de iniciativas permanentes favorece a perpetuação de interpretações naturalizadas sobre experiências vividas, o que impacta diretamente a forma como as mulheres reconhecem situações de violência e desigualdade. Ou seja, tais iniciativas não resultam apenas em transmitir conteúdo, mas podem permitir que mulheres reconheçam situações a partir de novas referências. Essa relação pode ser observada na fala de uma das entrevistadas que afirma que ao participar de uma palestra sobre saúde mental lhe proporcionou “a certeza do que passei com meu ex-parceiro” (Entrevistada 3).

Esse relato sugere que determinadas experiências podem permanecer naturalizadas ou pouco entendidas quando não há acesso a informações e espaços de reflexão. Nesse sentido, Gomes et al. (2014) destacam que a construção social dos papéis de gênero produzidos pelo sistema patriarcal pode dificultar que as mulheres reconheçam situações de violência no ambiente doméstico, contribuindo para a permanência de relações abusivas.

Desse modo, quando temas relacionados à saúde, sexualidade e direitos das mulheres são poucos discutidos, muitas experiências permanecem ainda sem compreensão, visto que:

ao proporcionar espaços seguros para o diálogo e a troca de experiências, esses projetos promovem o empoderamento das mulheres, fortalece sua autonomia e capacidade de tomar decisões informadas sobre seus corpos, sexualidade e saúde (Alves et al., 2024, p. 8).

Diante dos elementos discutidos, observa-se que as limitações no acesso à informação não decorrem da ausência de interesse ou de iniciativa das mulheres, mas das condições sociais, econômicas e estruturais que atravessam suas trajetórias. A descontinuidade das ações educativas, a insuficiência dos serviços públicos, as dificuldades econômicas e as especificidades do contexto rural restringem as oportunidades de acesso ao conhecimento sobre o próprio corpo, a sexualidade e os direitos das mulheres, comprometendo o exercício da autonomia e a efetivação de direitos. Assim, a vulnerabilidade vivenciada por essas mulheres resulta da articulação entre desigualdades de gênero, condições socioeconômicas e limitações estruturais, conforme destacam Medeiros et al. (2025).

4.2 TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES RURAIS: REPERCUSSÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Considerando os elementos discutidos na seção anterior, torna-se possível compreender como alguns aspectos repercutem nas trajetórias das mulheres rurais participantes desta pesquisa. Conforme será discutido a seguir, essas repercussões se manifestam em diferentes dimensões de suas vidas, entre elas o casamento precoce, da interrupção dos estudos, a maternidade, das situações de violência e das dificuldades de acesso à informação e aos serviços de saúde.

Os depoimentos das entrevistadas demonstraram que o casamento precoce constituiu um componente frequente em suas trajetórias, sobretudo entre aquelas que iniciaram a vida conjugal ainda na adolescência.

De acordo com UNFPA (2025), entende-se por casamento infantil ou união em que um dos cônjuges, ou ambos, é menor de 18 anos. Apesar da definição parecer direta, a realidade do casamento infantil possui diversos lados, uma vez que envolve

distintas circunstâncias sociais, familiares e culturais. Embora atinja tanto meninas quanto meninos, são as adolescentes as que mais sofrem com esse fenômeno.

O casamento infantil constitui uma violação dos direitos humanos e afeta de forma desproporcional as meninas, em decorrência das desigualdades de gênero. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2023), sua persistência está associada a diversos fatores, entre os quais se destacam a pobreza, a desigualdade de gênero, as normas sociais discriminatórias e as limitações no acesso à educação e aos serviços de saúde. Esses fatores também aparecem nas trajetórias das entrevistadas desta pesquisa, nas quais o casamento antes dos 18 anos esteve relacionado a diferentes situações de vulnerabilidade.

Nesse contexto, a trajetória da Entrevistada 1 indica como o casamento pode surgir como alternativa diante de situações de violências e vulnerabilidade familiar. A entrevistada, que atualmente tem 16 anos, relata que saiu da casa dos pais aos 13 anos para se casar, motivada pelas constantes agressões físicas e verbais praticadas pelo pai contra ela e suas irmãs, além de frequentes ameaças de expulsá-las de casa.

Segundo seu depoimento, o casamento representava a possibilidade de romper com aquele ambiente e construir uma vida própria. Entretanto, após aproximadamente um ano e seis meses de relacionamento, ocorreu a separação, fazendo com que retornasse à casa dos pais. Após isso, aos 15 anos, iniciou uma nova união, da qual nasceu seu primeiro filho, assumindo precocemente responsabilidades conjugais e maternas.

Segundo Lima (2019), a violência intrafamiliar caracteriza-se por ações ou omissões praticadas por membros da família que ocupam posição de poder em relação à vítima, podendo ocorrer tanto no ambiente doméstico quanto em outros espaços. Essas práticas comprometem o bem-estar, a integridade física e psicológica, a liberdade e o desenvolvimento pleno dos indivíduos, manifestando-se por meio de diferentes formas de violência, como agressões físicas, psicológicas, sexuais e situações de negligência.

Essa compreensão pode ser observada no primeiro relato, cujas possibilidades de escolha estavam condicionadas pelo ambiente social em que vivia. Diante de um

contexto de violência e desigualdade, com poucas alternativas de proteção, o casamento foi percebido como a única possibilidade de transformar sua realidade.

Na visão de Bezerra (2019) a fragilidade das estruturas familiares pode favorecer a ocorrência do casamento precoce, uma vez que a incapacidade de garantir proteção, segurança e oportunidades leva muitas meninas a enxergarem o casamento como alternativa mais viável para modificar suas condições de vida.

Entretanto, essa probabilidade de mudança não amplia, necessariamente, as oportunidades de vida dessas meninas, mas pode representar a substituição de uma condição de dependência pela outra, já que “não se pode ignorar questões relevantes relacionadas ao casamento precoce, como gravidez na adolescência” (Bezerra, 2019, p. 868). Tal situação revela como a desigualdade de gênero e as vulnerabilidades sociais podem restringir as opções disponíveis para meninas e adolescentes.

Embora a experiência da Entrevistada 1 seja definida pela violência familiar, outras experiências foram marcadas por circunstâncias diferentes para o início precoce da vida conjugal.

A Entrevistada 4 relata que seu matrimônio, com duração de aproximadamente 20 anos, teve início quando ela tinha apenas 14 anos e seu parceiro, então seu professor na época, tinha 45 anos. Conforme descrito por ela, o relacionamento teve início por meio de investidas dele no ambiente escolar, através de elogios e bilhetes, que logo evoluiu para uma relação mantida inicialmente em sigilo.

Apesar das tentativas familiares de pôr fim ao vínculo, por não concordarem com a relação, a entrevistada afirma que não tinha compreensão das implicações daquela situação. Mesmo não sendo adequada, ela estava apaixonada e, por isso, deu continuidade ao relacionamento.

Atualmente, a entrevistada permanece na relação, mas reconhece que esta pode ser compreendida como uma forma de violência. Ainda que não expresse arrependimento em relação ao relacionamento em si, a entrevistada aponta impactos relevantes em sua trajetória, principalmente na interrupção dos estudos e a dependência financeira em relação ao seu parceiro.

As repercussões do casamento precoce ultrapassam o momento da união e se estendem para outras dimensões da vida das mulheres. Conforme destaca Bezerra (2019), ao restringir o acesso à educação, o casamento precoce compromete a autonomia feminina, reduz as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e limita a obtenção de renda, gerando um obstáculo no crescimento social e no empoderamento das mulheres.

Nessa perspectiva, determinadas experiências podem ser naturalizadas quando são vividas, dificultando que meninas e adolescentes reconheçam situações consideradas desigualdade de gênero. O fato de a entrevistada afirmar que estava apaixonada e não compreendia a gravidade do caso, mesmo diante dos alertas de familiares e pessoas próximas, demonstra que a percepção sobre a relação foi construída de maneira distinta ao longo do tempo.

Somente ao revisitar sua trajetória, a entrevistada passa a entender que sua condição de adolescente, somada à expressiva diferença de idade do seu companheiro e à posição de autoridade exercida por ele, na condição de professor, colocava-a em uma relação na qual um homem adulto ocupava um lugar de vantagem.

Para Bezerra (2019), essa realidade está relacionada à permanência de valores patriarcais que naturalizam relações marcadas pela desigualdade de gênero, que favorecem o estabelecimento de relações entre homens adultos e meninas adolescentes. Segundo a autora, determinados padrões de masculinidade estimulam a busca por parceiras mais jovens, uma vez que essas relações podem facilitar o exercício do controle e da dominação masculina.

Esse processo de resignificação revela que a consciência das relações abusivas nem sempre ocorre de forma imediata, já que são influenciadas pelo acesso à informação, pela maturidade e pelas experiências acumuladas ao longo do tempo. Como reflete a entrevistada que hoje reconhece que teria preferido concluir os estudos e esperar tornar-se adulta antes de assumir a vida conjugal.

A trajetória da Entrevistada 5 foi atravessada por condições de vulnerabilidade social que, associadas às desigualdades de gênero, repercutiram em diferentes momentos de sua vida. A entrevistada relata que, devido às condições de pobreza

vivenciadas por sua família, não teve acesso à escolarização, pois precisou trabalhar desde cedo para contribuir com a subsistência do lar.

Segundo seu depoimento, o pai era alcoólatra e não participava do sustento da família, fazendo com que a mãe e os filhos assumissem grande parte das responsabilidades. Ainda que fosse a filha mais velha dos quatro irmãos, o que limitou significativamente suas oportunidades ao longo da vida, tendo aprendido apenas a assinar o próprio nome.

As condições de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias, marcadas pela pobreza e desigualdade, influenciam diretamente suas estratégias de sobrevivência, podendo resultar na inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho e na interrupção da trajetória escolar (Gomes; Pereira, 2005).

Além das dificuldades econômicas, a entrevistada destaca que vivia sob intenso controle paterno, que limitava sua circulação por ciúmes e desconfiança. Diante desse contexto, casou-se aos 16 anos na expectativa de conquistar maior liberdade. Contudo, após o casamento, passou a dedicar-se quase integralmente aos cuidados da casa e dos filhos, vivenciando sucessivas gestações.

Bezerra (2019) pontua que em muitos momentos, a ocorrência do casamento precoce está relacionada a contextos de vulnerabilidade social, marcados pela precariedade da educação, pela escassez de oportunidades de trabalho e pelas condições de insegurança vivenciadas em muitos territórios. Nessas circunstâncias, a autora afirma que “o casamento passa a ser visto, então, como uma forma de segurança, alimentando a percepção das meninas de que seus maridos as salvaram de uma vida ‘ruim’” (Bezerra, 2019, p. 873).

Constata-se que as desigualdades de gênero não operam isoladamente, mas interagem com as condições socioeconômicas, intensificando as situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas mulheres. No caso da entrevistada, a situação da pobreza restringiu o acesso à educação, ao passo que sua liberdade de locomoção e sua autonomia para tomar decisões foram limitadas pelo controle do seu pai.

Para além do casamento precoce, a trajetória das entrevistadas também mostra como as condições materiais de vida repercutem sobre o acesso à educação e à

informação. Nos relatos das entrevistadas 5 e 6, a pobreza, a ausência de infraestrutura e a insuficiência das políticas públicas limitaram o acesso à escolarização, produzindo consequências que permaneceram ao longo da vida.

A entrevistada 6 conta que cresceu no espaço rural do Ceará em um contexto marcado pela extrema pobreza e pela ausência de infraestrutura básica, como falta de energia elétrica e saneamento básico. Em razão dessas condições, afirma que nunca frequentou uma instituição de ensino formal, sendo alfabetizada apenas parcialmente por um tio que reunia as crianças da comunidade durante o dia para ensiná-las.

Aos 20 anos, conheceu seu companheiro durante uma visita dele à sua família e, após trocarem correspondências por algum tempo, decidiram se casar. Com a união, mudou-se para o povoado Arapapá, onde encontrou condições semelhantes às que vivenciava anteriormente.

Anos depois, tentou retornar aos estudos quando surgiram oportunidades educacionais na comunidade, porém não obteve avanços significativos, uma vez que aprendeu escrever o próprio nome. Atualmente, reside há 35 anos no povoado, onde, segundo seu relato, ainda persistem problemas estruturais, como estradas precárias, falta de escola e posto de saúde.

A persistência de condições estruturais precárias favorece a reprodução das desigualdades enfrentadas por mulheres rurais. A restrição do acesso à educação afeta não só o processo de alfabetização, mas também o acesso à informação, à autonomia e o conhecimento sobre seus direitos, tornando essas mulheres mais propensas a situações de vulnerabilidade ao longo das suas vidas. “O isolamento das áreas rurais, a falta de acesso à informação, a distância entre os vizinhos e a ausência de serviços essenciais, como saúde e assistência às mulheres, agravam a submissão feminina” (Campelo et al., 2024, p. 12).

Essa realidade pode ser observada nas trajetórias das Entrevistadas 5 e 6. Embora apresentem histórias distintas, ambas compartilham experiências marcadas pela pobreza, pela baixa escolaridade e pelas dificuldades de acesso à informação, fatores que repercutiram diretamente sobre suas oportunidades de vida e sobre sua

autonomia, uma vez que “o analfabetismo é outro fator que limita a emancipação das mulheres rurais” (Campelo et al., 2024, p. 13).

As repercussões dessas desigualdades também se manifestam no acesso aos serviços de saúde. A Entrevistada 5 conta que teve o primeiro filho aos 16 anos e que, ao longo de dez gestações, procurou assistência médica apenas na última gravidez, por conta de um cenário marcado por dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Além disso, também enfrentou perdas de filhos tanto no parto quanto para doenças. A Entrevistada 6, por sua vez, vincula a inexistência do posto de saúde no povoado e as restrições impostas pelo analfabetismo e pela mobilidade reduzida para buscar atendimento, como motivos da perda de um de seus filhos.

Os relatos dialogam com indicadores do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos IMESC (2025), que apontam que, embora tenha ocorrido redução da mortalidade infantil no Brasil e no Maranhão na última década, o estado ainda apresenta uma das maiores taxas do país, registrando 17,7 óbitos para cada mil nascidos vivos em 2023. Esses dados evidenciam que as dificuldades de acesso aos serviços de saúde continuam produzindo impactos importantes sobre a saúde materno-infantil, especialmente em contextos rurais marcados por limitações estruturais.

Além das dificuldades relacionadas às condições de vida e ao acesso aos serviços públicos, os relatos evidenciam que as normas de gênero também exercem influência sobre os projetos de vida das mulheres entrevistadas. As expectativas sociais relacionadas ao comportamento feminino, à sexualidade, ao casamento e à maternidade repercutem diretamente em suas oportunidades educacionais e no exercício da autonomia.

As pressões sociais sobre os comportamentos femininos, sexualidade, casamento e maternidade afetam de forma direta as oportunidades de educação e a autonomia dessas mulheres. A Entrevistada 2 relata que, desde a infância, foi educada sobre normas e expectativas tradicionais acerca do comportamento feminino. Enquanto filha mais velha, afirma ter procurado atender às exigências dos pais, evitando ir em festas ou consumir bebidas alcoólicas por medo de desapontá-los.

Ela também conta que acreditava que sua vida sexual deveria começar somente após o casamento, o que evidencia a internalização de valores que associam o início da vida sexual ao matrimônio. Com 18 anos, casou-se, mas demonstra uma preocupação quanto a uma possível separação, porque não pretende voltar a casa dos pais.

Em relação ao campo educacional, informa que abandonou os estudos no 2º ano do ensino médio em razão de uma gestação de risco. Depois do nascimento dos filhos, as responsabilidades maternas e as tarefas domésticas dificultaram significativamente seu retorno à escola. Apesar de suas limitações, expressa o desejo de concluir a educação básica no futuro.

As normas de gênero influenciam a construção das experiências femininas desde a infância ao orientar comportamentos, expectativas e projetos de vida. Nesse processo, valores relacionados à obediência, ao casamento e à preservação da sexualidade feminina contribuem para a naturalização dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres.

Conforme argumenta Beauvoir (1967), desde a infância, as meninas são educadas para desempenhar funções associadas ao universo doméstico e do cuidado, que correspondem às expectativas de esposa, mãe e cuidadora. Esse processo de socialização reforça os padrões de comportamento considerados adequados às mulheres, visto que contribui para a reprodução da desigualdade de gênero.

Desse modo, a passividade, obediência e comportamentos tradicionalmente associados ao feminino não decorrem de características biológicas, mas sim de “um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade” (Beauvoir, 1967, p. 21).

Esses padrões repercutem diretamente na continuidade da escolarização, uma vez que a maternidade e as responsabilidades pelos cuidados domésticos passam a limitar as oportunidades de permanência e de retorno aos estudos.

Nessa perspectiva, Beauvoir (1967) ressalta que enquanto as meninas são inseridas precocemente nas atividades domésticas e no cuidado com crianças, o

menino, em geral, é dispensado dessa responsabilidade. Para a autora, esse processo contribui para a naturalização da divisão sexual do trabalho, uma vez que “sua ‘vocação’ é imperiosamente ditada” (Beauvoir, 1967, p. 24).

Esse entendimento permite compreender que a interrupção dos estudos da Entrevistada 2 não decorre apenas de uma escolha individual ou da maternidade em si, mas da distribuição desigual das responsabilidades de cuidado. Assim, as normas de gênero repercutem sobre as oportunidades educacionais e profissionais das mulheres, contribuindo para a reprodução das desigualdades ao longo da vida.

Além das repercussões observadas nas trajetórias educacionais e nas divisões das responsabilidades familiares, os relatos apresentam que as relações de gênero também podem se expressar por meio de diferentes formas de violência contra as mulheres. Nesse contexto, a trajetória da Entrevistada 3. revela os impactos psicológicos nas relações conjugais e suas repercussões sobre a saúde mental, autonomia e o conhecimento sobre os direitos.

A entrevistada relata que residia em outro estado quando se casou, aos 24 anos, permanecendo no relacionamento por 14 anos. A separação ocorreu em razão dos comportamentos abusivos do companheiro, intensificados pelo consumo excessivo de álcool e posteriormente agravados pelo uso de outras substâncias psicoativas. Segundo seu relato, as agressões manifestavam-se por meio de violência psicológica, caracterizada por xingamentos, humilhações e atitudes constantes de desvalorização contra ela.

Com o passar do tempo, a entrevistada passou a apresentar sintomas de ansiedade e, ao iniciar acompanhamento psicológico, reconheceu que vivenciava uma situação de violência doméstica. O sofrimento emocional evoluiu para um quadro de depressão, exigindo acompanhamento psiquiátrico e uso de medicação. Entretanto, seu ex-companheiro atribuía seu adoecimento à “fraqueza mental”, deslegitimando o sofrimento vivenciado pela entrevistada.

A situação tornou-se ainda mais grave quando a violência passou também a atingir o filho do casal, que presenciava os conflitos. Diante desse contexto, a entrevistada deixou o relacionamento e retornou à casa da mãe com o apoio de

familiares e amigos. Atualmente, mantém contato com o ex-companheiro apenas em razão do filho.

Desse modo, a violência contra a mulher vai além das agressões físicas. Conforme a Lei Maria da Penha, a violência psicológica caracteriza-se por práticas que causam danos emocionais à mulher, comprometem a autoestima da mulher, por meios de comportamentos que visam controlá-la, desvalorizá-la ou limitar sua liberdade e capacidade de decisão (Brasil, 2006).

De acordo com a cartilha “Entenda a Lei Maria da Penha”, a violência pode manifestar-se por meios de práticas como xingamentos, humilhações, intimidações, desvalorização constante, controles das ações e decisões da mulher, isolamento social e comportamentos que a levem a duvidar de sua própria percepção da realidade (Brasil, 2017). Tais condutas são identificadas no depoimento da entrevistada, especialmente quando descreve os constantes desmerecimentos dos sentimentos.

Segundo a entrevistada, o companheiro justificava suas atitudes afirmando que seu pai agia da mesma forma com sua mãe e que ela não apresentava os mesmos problemas emocionais. Esse discurso demonstra que existia uma reprodução de padrões violentos na família do agressor. Nesse sentido, Siqueira e Rocha (2019) apontam que o histórico de violência familiar pode contribuir para naturalização de agressões, levando algumas mulheres a compreenderem que o comportamento violento do companheiro como resultado de experiências vivenciadas por ele na infância, o que pode dificultar o enfrentamento da violência.

Além disso, as autoras destacam que o consumo abusivo do álcool pode contribuir para comportamentos mais agressivos e impulsivos, intensificando os conflitos e as diferentes formas de violência contra a mulher, ocasionando “danos à mulher de diversas formas na saúde física e mental, desgastando o bom funcionamento do âmbito familiar como um todo” (Siqueira; Rocha, 2019, p. 16).

Assim, além de atingir a própria entrevistada, a violência teve repercussões no âmbito familiar, alcançando o filho do casal, que passou a presenciar os conflitos. Tal circunstância demonstra que a violência doméstica produz impactos que ultrapassam a esfera conjugal, afetando negativamente outros integrantes da família, já que “a

criança que observa algum dos membros da família sendo agredido enquadra-se também em um tipo de violência, pois lhe causa sofrimento” (Lima, 2019, p. 14).

Portanto, os depoimentos analisados indicam que as desigualdades de gênero não são eventos pontuais, mas processos construídos ao longo da história que permeiam as trajetórias das mulheres em distintos momentos de suas vidas. Os relatos evidenciam que as normas de gênero, as relações desiguais de poder entre homens e mulheres e as condições de vulnerabilidade social articulam-se e produzem impactos sobre diferentes dimensões da vida das mulheres rurais, influenciando suas decisões, restringindo oportunidades e favorecendo a permanência de situações de violência e exclusão. Nesse contexto, os resultados desta pesquisa reforçam a importância de políticas públicas e ações intersetoriais que promovam a igualdade de gênero, fortaleçam a autonomia feminina e ampliem o acesso à educação, à informação, aos serviços de saúde e à rede de proteção.

CONCLUSÃO

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa permitem compreender que o conhecimento sobre o corpo, a sexualidade e a autonomia das mulheres rurais são construídas em meio às relações de gênero e a condições materiais de vida que influenciam suas experiências e oportunidades. As narrativas revelam que as normas, valores e práticas frequentemente naturalizadas, continuam orientando a forma como mulheres percebem seus corpos, exercem sua sexualidade e constroem sua autonomia, manifestando-se na educação diferenciada entre homens e mulheres, no silêncio em torno da sexualidade, na associação da mulher aos cuidados da casa e da família, na influência de preceitos religiosos sobre o corpo feminino, no julgamento social de comportamentos considerados inadequados e na desigual distribuição das atividades domésticas.

Essas experiências, contudo, não decorrem apenas das relações patriarcais, mas também das condições educacionais, econômicas e estruturais que caracterizam o povoado São João do Arapapá. A ausência de escola e de serviços permanentes de saúde na comunidade, as dificuldades de acesso à informação, a baixa escolaridade e as limitações socioeconômicas contribuem para restringir as oportunidades dessas mulheres e favorecer a permanência de desigualdades que atravessam diferentes dimensões de suas vidas.

Nesse cenário, muitas mulheres passam a conhecer seu próprio corpo apenas diante da maternidade, da doença e da necessidade, enquanto a autonomia sobre suas escolhas permanece limitada por relações de dependência econômica, pela divisão sexual do trabalho e pelas limitações no acesso à informação e aos direitos. Essas condições contribuem para a formação de ciclos de desigualdade que atravessam gerações, influenciando as trajetórias femininas e condicionando suas possibilidades de educação, trabalho, cuidado e tomada de decisões.

Romper esse ciclo vai além de simplesmente reconhecer a existência das desigualdades: requer a implementação de políticas públicas capazes de garantir que direitos já assegurados cheguem, de fato, às mulheres que historicamente foram mantidas à margem desses avanços. Assim, mais do que tornar visíveis as

experiências de seis mulheres, esta pesquisa procurou revelar uma realidade que, embora permaneça invisível, segue presente em diversos espaços rurais brasileiras.

REFERÊNCIA

- ALVES, Amália Cardoso. **A construção social do papel da mulher**. Revista Científica da Faculdade Atenas: Júri, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 1-12, jun. 2012. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2012/1A>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- AMARAL, Mayka Danielle Brito. **Reforma Agrária e Reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas - quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio**. 2017. 382 p. Dissertação de Doutorado — Universidade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.
- ARAÚJO, Maria Helena Pereira de Oliveira; AMORIM, Betânia Maria Oliveira de. **Contos de dor, amor e alegria: representações sociais da maternidade solo**. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 37, p. 16.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida**. 2º edição. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 599 p. v. 1.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. 4º edição. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 309 p. v. 2.
- BENTO, Lisandra Taschetto Murini et al. **A influência das religiões na construção da identidade cultural: em diferentes tradições religiosas na sociedade**. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 7, n. 10, p. 1-16, 2025.
- BEZERRA, Ana Clara de Moraes. **O casamento precoce no Brasil enquanto violação dos direitos humanos**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 114, p. 865–885, jan./dez. 2019.
- BUTTO, Andréa et al. (Orgs.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]**. Diário Oficial da União: Brasília,

DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Entenda a Lei Maria da Penha**. Brasília, DF: SPM/Instituto Patrícia Galvão, 2016. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/LMP_pt.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. **Guia prático de cuidado à mulher em situação de violência**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2025/guia-pratico-de-cuidado-a-mulher-em-situacao-de-violencia.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Tecendo a Saúde das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas: Direitos e Participação Social**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tecendo_saude_mulheres_campo_floresta.pdf. Acesso em: 21 abril 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Mulheres do Campo e da Floresta: Dados**. 30 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>. Acesso em: 28 abr. 2026.

CAMPELO, Nataly Neves et al. **Desigualdade de Gênero no Espaço Rural**. Revista ft, v. 28, n. 138, 30 set. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe: autonomia**.

Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/autonomias/descricao>. Acesso em: 26 maio 2026.

CONTE, Isaura; CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli Welter. **Divisão sexual do trabalho**. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.). *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 123-132.

COSTA, Marta Cocco da et al. **Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde**. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 38, n. 2, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DINIZ, Nataly Carvalho. **Gravidez na adolescência: um desafio social**. 2010. 32 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Campos Gerais, 2010.

DOURADO, Ana Maria Lima et al. **Iniquidades no acesso à saúde de mulheres em situação de vulnerabilidade no Brasil: uma revisão integrativa**. *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, v. 5, n. 1, p. 18, 2026.

FERRARINI, Carolina B. et al. **A dificuldade na saúde da mulher: o desconhecimento do próprio corpo e o tabu social acerca do assunto**. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL (ECCI), 20., 2022. Disponível em: <https://www4.fag.edu.br/anais-2022>. Acesso em: 19 jun. 2026.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Vidas entrelaçadas, fios de esperança: eliminar as desigualdades na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos**. Relatório Estado da População Mundial 2024. New York: UNFPA, 2024.

FREITAS, Nívia Larisse Rodrigues de et al. **Desafios no acesso à saúde ginecológica nas comunidades rurais**. *Revista Cedigma*, v. 2, n. 4, p. 52-67, 2024.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. **Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família**. Psicologia USP, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 63–69, jan./abr. 2014.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. **Metodologias e classificação das pesquisas científicas**. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, 2024.

GUIMARÃES, Isabela Genoso. **Consentimento do ofendido na dignidade sexual**. 2024. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

GUIMARÃES, Elias Lins. **Família e a dinâmica da socialização**. Veritate, Salvador, ano II, n. 2, p. 55-64, jul. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: nupcialidade e família: resultados preliminares da amostra**. 2. ed. atual. e corr. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102230.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 2 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção de Babaçu no Maranhão**. IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/babacu/ma>. Acesso em: 2 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 177 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em: 2 maio 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Boletim Social do Maranhão: condições de saúde**

da população maranhense. São Luís: IMESC, v. 7, n. 2, maio/ago. 2025. ISSN 2675-567X. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Boletim-Social-Condicoes-de-saude-da-populacao-maranhense.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2026.

JAHN, Elisiane de Fátima; SANTOS, Geneci Ribeiro dos; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. **Economia feminista e as mulheres camponesas.** In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (Orgs.). *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas.* 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 133-144.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LEAL, Daniela Ulysséa; LOPES, Ivonete da Silva. **Mulheres Rurais, Interseccionalidade e Saúde.** *Saúde Soc.* São Paulo, v. 34, n. 1, p. 14, 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens.** 1ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2019. 527 p.

LIMA, Caroline Teresinha Camargo de. **Reflexos da violência doméstica contra a mulher em seus filhos: uma visão sistêmica.** 2019. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/items/5605cab1-07ed-4c90-b57f-a8c127913a3c?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 3 jul. 2026.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Graciele; COLLET, Zenaide. *Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias* In: MEZADRI, Adriana Maria et al. (org.). *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas.* 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e educação sexual.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), [s.d.]. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 21 maio 2026.

MAIA, Juliana Menezes Simião; SANTOS, Laís de Jesus. **Atenção Farmacêutica sobre os riscos de uso dos contraceptivos orais**. Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 11, p. 1677-1692, 2023.

MARANHÃO. **Quebradeira de Coco Babaçu no Maranhão são Destaque na I Feira Nordestina da Agricultura Familiar e Economia Solidária no RN**. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/quebradeiras-de-coco-babacu-do-maranhao-sao-destaque-na-i-feira-nordestina-da-agricultura-familiar-e-economia-solidaria-no-rn>.

Acesso em: 2 maio 2026.

MEDEIROS, Sabrina Rebeca Marinho et al. **O papel da atenção básica na promoção da saúde sexual e reprodutiva de mulheres em vulnerabilidade**. Estação Científica, Juiz de Fora, v. 19, n. 33, ed. especial, p. 137–150, 2025.

MENDES, Fabiana et al. **Educação do Campo: Desafios e Perspectivas**. Rebeca-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 7, p. 468-484, 2023.

MIRANDA, Raquel dos Santos et al. **A família no enfrentamento da Bifobia: fator protetivo ou agravante?** Revista de Investigação Biomédica, v. 17, n. 1, p. 19-48, 2025.

MONROY-GARZON, Adriana Marcela; SILVA, Kênia Lara da. **Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 26, 2022.

MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. **Mulheres e cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), Vitória, 2018.

MORAES, R, A. V; GUIZZETTI, A. R. **Ciências e Educação**. In: **Percepções de alunos do terceiro ano do ensino médio sobre o corpo humano**. 22. ed., Bauru: Universidade Federal de Uberlândia, 2016, p. 253-270.

OLIVA, Talita Andrade. **Juventude, Sexualidade e Reprodução em uma área rural da Bahia. Implicações para a enfermagem**. 2011. 104 p. Dissertação de mestrado — Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem, Bahia, 2011.

OLIVEIRA, Iva Maria da Conceição Vicente et al. **Desafios na atenção primária à saúde da mulher: barreiras socioculturais, econômicas e educacionais**. Revista Multidisciplinar Integrada – REMI, v. 6, n. 3, p. 1–13, 2025.

PARADIS, Clarisse. **A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade**. In: MORENO, Renata (Org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2014. p. 55-64.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação no Meio Rural: Diferenciais entre o Rural e o Urbano**. Texto para Discussão, Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, p. 72, mar. 2021.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher**. In: PERROT, Michelle. O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 13-28.

PINTO, Fabiane Natália de Souza. **Duas Faces da Mulher Contemporânea: carreira e maternidade**. 2015. 112 p. Dissertação de mestrado — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PITHAN, Bruna. **Dia Internacional da Mulher Rural - 15 de Outubro de 2008**. 15 out. 2021. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/dia-internacional-mulher-rural/>. Acesso em: 28 abr. 2026.

QUINTANA, Stéffani das Chagas; COSTA, Marli Marlene Moraes da; DIOTTO, Nariel. **Direitos das mulheres rurais e ecofeminismo: desafios para políticas públicas interseccionais no Brasil**. Coisas do Gênero, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 76-89, jul./dez. 2025.

REDIN, Ezequiel. **Trabalho na Roça e Organização na Produção da Família Rural**. Geoiingá: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia, v. 5, n. 2, p. 166-186, 2013.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. **A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes**. Esc. Anna Nery, v. 2, n. 15, p. 245-250, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3º edição. ed. rev. e aum. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999. 27 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; Prefácio: Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª edição, São Paulo, Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ana Carla Nunes do Nascimento. **Corpo e Autonomia: em contexto feminista**. Revista multidisciplinar do nordeste mineiro, v. 6, p. 19, 2025.

SÃO BENTO, Paulo Alexandre de Souza et al. **A (não) participação do homem no planejamento familiar sob a perspectiva de gênero**. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, Recife, v. 7, n. 5, p. 4563-4571, 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). **Gênero e autonomia econômica para as mulheres**. Caderno de Formação. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, 2016.

SILVA, Antônia Gleiciane Araújo et al. **Desafios para a implementação da educação sexual no espaço escolar: uma revisão de literatura**. Anais do X CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/110553>. Acesso em: 24 jun 2026.

SILVA, Aurora Maria Ribeiro da. **Papel de gênero e práticas familiares**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 1999.

SILVA, Larissa Costa Buonafina et al. **Desigualdade de Gênero: uma análise sobre a dupla jornada de trabalho da mulher**. *Conjecturas*, v. 22, n.6, p. 630-643, 2022.

SILVA, Layane das Neves; AMORIM, Marcelo Vinicius Costa. **Processos de socialização e a cultura de construção da feminilidade: releituras teóricas e a noção hegemônica do que é ser mulher**. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 36, e1250, p. 1-11, 2025.

SILVA, Maria da Guia Torres Bispo da; SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. **O Abandono Escolar na Zona Rural**. *Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 9, p. 4242-4256, 11 nov. 2023.

SIQUEIRA, Camila Alves; ROCHA, Ellen Sue Soares. **Violência psicológica contra a mulher: uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno**. Revista Arquivos Científicos (IMMES), Macapá, v. 2, n. 1, p. 12–23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n1p12-23>. Acesso em: 3 jul. 2026.

SOARES, Maria Lidyane da Silva; BEZERRA, Maria do Socorro Alves; SÁ, Alcindo José de. **Acesso à saúde da população rural: uma análise da produção científica brasileira**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 14., 2021. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA173_ID193715112021101600.pdf. Acesso em: 16 jul. 2026.

SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. A SOF. São Paulo: SOF, 2016. Disponível em: <https://share.google/mT5VDPmWP26pVnCAz>. Acesso em: 7 jun. 2026.

SOUSA, Leilane Barbosa de et al. **Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes nos contextos familiares**. Acta, v. 19, n. 4, p. 408-413, 2006

STOCHERO, Luciane et al. **“Eu sofria calada e certamente toda mulher é assim” – silenciamentos: reproduções e rupturas da violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, 2024.

UNESCO. **3º relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos: o impacto da aprendizagem e da educação de adultos na saúde e no bem-estar, no emprego e no mercado de trabalho e na vida social, cívica e comunitária**. Brasília, DF: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2017/02/relatorio-global-sobre-aprendizagem-e-educacao-de-adultos.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2026.

UNICEF. **Child marriage**. New York: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/child-marriage>. Acesso em: 30 jun. 2026.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). Child marriage – Frequently Asked Questions. New York: UNFPA, 2025. Disponível em: <https://www.unfpa.org/resources/child-marriage-frequently-asked-questions>. Acesso em: 27 jun. 2026.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Olhares Sobre o "Rural" Brasileiro**. Raízes, v. 23, n. 1 e 2, p. 82-98, jan./dez., 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health**. Geneva: WHO, 2026. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab_2. Acesso em: 19 maio 2026.

XIMENES, Daniel de Aquino. **Vulnerabilidade social**. Disponível em: https://gestrado.net.br/dicionario_verbete/vulnerabilidade-social/#:~:text=Vulnerabilidade%20social%20%C3%A9%20um%20conceito,n%C3%ADveis%20significativos%20de%20desagrega%C3%A7%C3%A3o%20social. Acesso em: 26 maio 2026.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você sente que conhece bem o seu corpo, incluindo as mudanças de corpo, o ciclo menstrual, desejos, limites, prazer etc.?
2. Quando você precisa tomar decisões que envolvem o seu corpo (como ir ao médico, usar anticoncepcional, ter relações), você sente que pode decidir sozinha? Ou depende da opinião de alguém?
3. Você se sente à vontade para conversar sobre sexualidade, desejos e limites com seu parceiro ou outras pessoas? Por quê?
4. Você sente que sua criação, a comunidade ou religião que você pertence pode influenciar de alguma forma como você enxerga o seu corpo, sua sexualidade ou o seu papel como mulher?
5. Durante sua infância ou adolescência, as conversas sobre corpo, menstruação e sexualidade eram comuns na sua família? Ou eram evitadas?
6. Você acha que alguns fatores (dependência financeira, falta de estrutura, analfabetismo) podem dificultar a busca por informações, ajuda médica ou tomar decisões sobre seu corpo?
7. Você já teve dificuldades para conseguir informações? Como isso impactou sua vida?
8. Em algum momento da sua vida você já sentiu vergonha, medo ou culpa ao falar ou pensar sobre sexualidade? Por quê?
9. Você sente dificuldade em dizer “não” ou impor limites nas relações com seu/sua parceiro(a), familiares ou outras pessoas?
10. Você trabalha ou tem alguma fonte de renda própria? Se sim, você ainda sente que depende da opinião de alguém para tomar decisões importantes ou buscar seus próprios objetivos?
11. Você já participou de alguma atividade, palestra ou programa promovido pela prefeitura, Secretaria da Mulher ou outra instituição sobre o corpo e a sexualidade feminina?

12. Quando surgem dúvidas sobre seu corpo ou sexualidade, a quem ou a onde você recorre para buscar esclarecimentos?
13. Com quantos anos você foi ao ginecologista pela primeira vez e com que frequência costuma ir atualmente?
14. Você acredita que já viveu alguma situação em que se sentiu desrespeitada ou forçada em alguma relação ou no relacionamento? Como percebeu isso?
15. Como você descreveria sua relação com o seu corpo hoje? Você se sente livre e confiante ou ainda existem sentimentos de vergonha e limitação.
16. Com quantos anos você se tornou mãe pela primeira vez e como você avalia essa experiência?
17. Conte como é a sua rotina diária. Quais são as atividades que você realiza em casa, no trabalho e com a sua família?